UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS

# MULHERES EVANGÉLICAS NAS ELEIÇÕES MUNICIPAIS: um estudo comparativo do perfil das candidaturas na eleição de 2020

GLENDA LILIANE RODRIGUES GUILHON DA SILVA

Belém - Pará
2024

GLENDA LILIANE RODRIGUES GUILHON DA SILVA

# MULHERES EVANGÉLICAS NAS ELEIÇÕES MUNICIPAIS: um estudo comparativo do perfil das candidaturas na eleição de 2020

Trabalho de conclusão de curso apresentado a Faculdade de Ciências Sociais da Universidade Federal do Pará como requisito parcial para obtenção do grau de bacharel em Ciências Sociais.

Orientador Prof. Dr. Carlos Augusto da Silva Souza.

Belém/PA

2024

MULHERES EVANGÉLICAS NAS ELEIÇÕES MUNICIPAIS: um estudo comparativo do perfil das candidaturas na eleição de 2020

Por

GLENDA LILIANE RODRIGUES GUILHON DA SILVA

BANCA EXAMINADORA

_____
Prof. Dr. Carlos Augusto da Silva Souza (Orientador)
Universidade Federal do Pará

_____
Prof. Dr. Rodrigo Dolandeli dos Santos
Universidade Federal do Pará

_____
Prof. Dra. Luisa Maria Silva Dantas
Universidade Federal do Pará

Julgada e aprovada em: 08/11/2024

Belém - Pará
2024

**AGRADECIMENTOS**

Agradeço ao universo por ter me colocado ao encontro desse curso de ciências sociais e ter me proporcionado uma outra forma de enxergar o mundo com uma maior amplidão sobre as instituições, as relações sociais e, com isso eu ter ressignificado as minhas formas de pensar e viver em sociedade.

Eu sou grata por toda a minha existência a minha amada mãe, Antonia, que sempre me motiva e acredita bem mais em mim do que eu mesma, em muitas ocasiões. E sempre esteve disposta, incansavelmente, que eu estivesse o tempo livre de dedicação aos estudos. Obrigada, mãe!

Imensa gratidão ao professor Carlos Souza que gentilmente me acolheu para construção deste trabalho de conclusão. E sempre esteve disponível para sanar dúvidas que vinham surgindo ao longo do processo de escrita.

Toda a minha admiração e gratidão a amiga Leny Campêlo, que ao longo de toda a graduação sempre esteve disposta a me ajudar, nos tornando parceiras de escrita e nos emprestando uma a outra o segundo olhar sobre os nossos feitos acadêmicos. Obrigada companheira!

Agradeço aos amigos de sala de aula que se tornaram de vida, Renato, Jonathan, Dalton, Silvano, Yvi, perdoa-me não pôr o nome de todos.

A todos os professores, meu muito obrigada!

## RESUMO

A presente pesquisa tem como objeto de investigação a comparação do perfil sociopolítico de candidatos evangélicos, tendo como estudo de caso as eleições municipais de 2020 para os cargos de vereador em todos os municípios brasileiros. O objetivo consiste em verificar discrepâncias (ou semelhanças) entre o perfil sociopolítico destes candidatos a partir de um recorte por gênero. A literatura vem dando destaque para a expansão dos evangélicos na esfera da representação política, mas quase não há trabalhos sobre a presença feminina nestes espaços. O estudo explora diversos marcadores de diferenciação sociopolítica entre as candidaturas de homens e mulheres evangélicas como: gênero, raça, escolaridade, estado civil e ideologia partidária. A metodologia de investigação utilizou a base de dados existente no repositório de dados do Tribunal Superior Eleitoral, avaliando tanto os candidatos quanto os eleitos. A pesquisa concluiu a existência de diferenças significativas entre homens e mulheres referente as variáveis selecionadas, o que indica que os marcadores de opressão verificados em outras esferas da vida privada ainda se mantem na esfera da participação política.



**Palavras-chave:** Evangélicos; Representação Política; Eleições municipais.

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Evolução das candidaturas do Partido Republicano no Brasil..... 22

Tabela 2 – Evangélicos segundo nome que aparece nas urnas. Eleição 2020..... 38

Tabela 3 - Distribuição percentual do total de candidatos evangélicos para os cargos de vereador no Brasil por gênero. Eleições 2020..... 40

Tabela 4 - Distribuição percentual dos evangélicos para os cargos de vereador no Brasil por gênero e raça. Eleição 2020..... 42

Tabela 5 – Distribuição percentual dos evangélicos para os cargos de vereador no Brasil por gênero e escolaridade. Eleição 2020..... 43

Tabela 6 - Distribuição percentual dos evangélicos para os cargos de vereador no Brasil por gênero e Faixa Etária. Eleição 2020..... 45

Tabela 7 - Distribuição percentual dos evangélicos para os cargos de vereador no Brasil por gênero e Estado Civil. Eleição 2020..... 46

Tabela 8 - Distribuição percentual dos evangélicos para os cargos de vereador no Brasil por gênero e ideologia partidária. Eleição 2020..... 48

Tabela 9 - Distribuição dos evangélicos para os cargos de vereador no Brasil por gênero e Partidos Políticos. Eleição 2020..... 49

**SUMÁRIO**


INTRODUÇÃO..... 8
Problema de Pesquisa..... 10
Hipóteses..... 10
Objetivo Geral..... 10
Objetivos Específicos..... 10
Metodologia..... 11

Capítulo 1 - A INFLUÊNCIA DOS EVANGÉLICOS NA POLÍTICA..... 13
1.1 – O Crescimento dos Evangélicos no Brasil..... 13
1.2. A relação entre política e religião..... 16
1.3. – O Crescimento dos Evangélicos na Política Eleitoral..... 19
1.4. – O Crescimento dos Evangélicos no Congresso Nacional..... 22

Capítulo 2 - AS MULHERES NA POLÍTICA..... 25
2.1 – A exclusão das mulheres da atividade política no Brasil e no Mundo..... 25
2.2 – Mudanças institucionais para garantir a participação feminina na política..... 28
2.3 – Mulheres Evangélicas e Política..... 32

Capítulo 3 - O PERFIL DAS MULHERES EVANGÉLICAS NAS ELEIÇÕES [illegible] 36
3.1. Aspectos metodológicos do estudo..... 36
3.2. Candidaturas Evangélicas segundo Gênero..... 39
3.3. Candidaturas Evangélicas segundo gênero e raça..... 40
3.4. Candidaturas Evangélicas segundo gênero e escolaridade..... 42
3.5. Candidaturas Evangélicas segundo gênero e faixa etária..... 44
3.6. Candidaturas Evangélicas segundo gênero e estado civil..... 45
3.7. Candidaturas Evangélicas segundo gênero e ideologia partidária..... 46
3.8. Candidaturas Evangélicas segundo gênero e Partidos Políticos..... 48

CONSIDERAÇÕES FINAIS..... 50

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS..... 51

## INTRODUÇÃO

A discussão sobre religião e política tem assumido relevância, nos últimos anos, dado a crescente participação de candidaturas nas eleições que se registram com indicações de vínculos religiosos, em especial, com as denominações pentecostais e neopentecostais.

As igrejas pentecostais e neopentecostais pertencem ao grupo das religiões protestantes, surgidas a partir do século XX, nos Estados Unidos. Elas diferem do protestantismo histórico (luteranas, batistas, presbiteriana, calvinista e metodista) por possuírem estrutura hierárquica mais flexível e como motivação a teoria da prosperidade. Entende-se por teoria da prosperidade a possibilidade de se atingir a salvação divina ainda em vida, através de uma mudança de comportamento individual, que permita empreender no mercado, bem como prosperar, pois, só assim, "irá ampliar as obras do Senhor" e, em retribuição será abençoado. Além disso, quanto maior o sacrifício - pagamento do dízimo -, maior serão suas benesses.

Os evangélicos como são denominados, no Brasil, dão os seus primeiros passos no caminho da política, como afirma Lacerda (2022), na década de 1980, em meio ao processo de redemocratização do país e a urgência de uma constituinte. Naquele momento, perceberam a oportunidade de aumentar sua influência nas relações de poder (mesmo defendendo a laicização do Estado) e fazer frente à igreja católica, que ainda ocupava esse espaço.

Na década de 1980 em razão do ativismo dos movimentos sociais, em particular o movimento feminista, há na sociedade brasileira toda uma mobilização voltada para a ampliação do direito das mulheres e sua efetiva inclusão nos espaços de poder. Neste contexto, em 1982, Esther de Figueiredo Ferraz assumiu o primeiro ministério ocupado por uma mulher, ministério de Educação e Cultura. Em 1985, foi criado o Conselho Nacional dos Direitos da mulher. Em 1989, a primeira candidata à presidência da república, com Maria Pio de Abreu pelo o Partido Nacional. A primeira governadora eleita, em 1995, com Roseane Sarney e a primeira presidenta do Brasil, em 2010, com Dilma Rousseff, pelo partido dos trabalhadores, conforme Assis (2017).

O que se constata nesse caminhar em busca de uma maior inserção das mulheres na política é que a grande maioria feminina que tem o ímpeto de lançar as suas candidaturas vieram com um capital político já estruturado, ou são filhas de políticos influentes, por

exemplo, Roseane Sarney filha do ex presidente José Sarney, ou contaram com o apoio de predecessores homens com influência na política, no caso da presidenta Dilma Rousseff. Às que fugiam desse escopo eram e ainda são prejudicadas pela insuficiência de recursos no financiamento de campanha, como bem destaca, a primeira candidata à presidência da República, Maria Pio de Abreu, em reportagem para a Revista Galileu, em 29 de outubro de 2022. Ela afirma que o Brasil é um dos países mais hostis para mulheres na política e relata a sua experiência, com recursos escassos que a inviabilizaram de fazer campanha em todos os Estados brasileiros. Ainda assim, obteve 179 mil votos (0,26%), terminando em 16 º lugar, no total de 22 candidatos.

Nas últimas eleições nacionais de 2022, segundo dados do Tribunal Superior Eleitoral, a maioria do eleitorado era constituído por mulheres que representavam 52%, sendo que os homens eram 48%. Mas, esta participação no eleitorado não se reflete no número de mulheres eleitas, pois segundo dados da Câmara dos Deputados e Senado Federal, elas perfazem, respectivamente, 17 % (90) e 18,5 % (15). Esse quadro desproporcional caracteriza a sub-representação das mulheres nos espaços de poder.

No campo religioso, entretanto, apesar das mulheres representarem a maior proporção dos fiéis nas congregações, sua inserção na esfera eleitoral tem sido tímida e marcada por marcadores de preconceito e exclusão. Segundo dados da pesquisa realizada pelo Data folha em dezembro de 2019, os homens ocupam a maior proporção dos cargos de liderança dentro das igrejas, o que contribui para a reprodução de comportamentos machistas e práticas de violência contra as mulheres.

Este comportamento é reforçado pelo discurso conservador, pautado na família tradicional, que coloca a mulher numa posição de submissão ao homem. Com os homens à frente dos cultos e responsáveis pela interpretação de passagens bíblicas, a submissão da mulher é aceita e reforçada como sendo derivada da vontade de Deus.

A ênfase oferecida pelas interpretações das Sagradas Escrituras coloca a mulher na condição de mãe, esposa e "dirigente" do lar, reduzindo o seu papel político e a submete a um estereótipo limitado. A falta de reconhecimento da capacidade e potencial da mulher além dessas funções contribui para a manutenção de uma cultura que restringe as oportunidades e o empoderamento feminino.

Diante desse cenário de desigualdade enfrentada pelas mulheres por maior espaço de representação política, buscamos nesta pesquisa compreender como se desdobra essa realidade dentro do universo evangélico. Neste contexto, a partir dos dados oferecidos pela eleição de 2020 busca-se observar o perfil dos candidatos evangélicos, tentando identificar diferenças e semelhanças entre os gêneros a partir de alguns marcadores de diferenciação social.

## PROBLEMA DE PESQUISA

A pesquisa partiu da seguinte problematização: qual o perfil sociopolítico das mulheres evangélicas em comparação com os homens evangélicos?

## HIPÓTESES

Para responder ao problema proposto a pesquisa construiu quatro hipóteses principais:

H1- As mulheres estão subrepresentadas em relação aos homens

H2 - A maior proporção das mulheres evangélicas são da raça negra

H3 - As mulheres evangélicas possuem padrões de escolarização superior aos homens

H4 - A maior proporção das mulheres evangélicas é casadas

H5 - A grande maioria das mulheres se elege por partidos de direita

Portanto, com base no desenho de pesquisa apresentada na apresentação do problema e na definição da hipóteses definiu-se os seguintes objetivos para a realização desta pesquisa:

## OBJETIVO GERAL:

Analisar a existência de diferenças no perfil sociopolítico das mulheres evangélicas a partir de sua comparação com os homens evangélicos.

## OBJETIVOS ESPECÍFICOS:

- Identificar a participação das mulheres evangélicas como vereadoras nas eleições de 2020;
- Construir o perfil das mulheres evangélicas eleitas;
- Analisar o padrão ideológico das candidaturas evangélicas.

Este trabalho é composto de introdução, metodologia, 4 capítulos e considerações finais.

O capítulo 1 aborda a relação entre política e religião fazendo um retrospecto cronológico da influência da igreja católica no Estado, bem como o desvanecimento desse poder ao longo do tempo em detrimento da crescente presença da matriz pentecostal, principalmente, entre as décadas de 60 a 80 e o favorecimento dos contextos de crises interna e externa.

No capítulo 2 é composto por três subitens. O primeiro subitem traz os fatores que contribuírem para o ponto de inflexão dos evangélicos, tais como uma maior aproximação das interpretações bíblicas da realidade do indivíduo, disseminando motivação de superação da realidade. O segundo subitem levanta o crescimento evangélico na política tendo como facilitador o multipartidarismo, a despersonalização dos partidos, a alta magnitude dos distritos que favorecem partidos pequenos, uma maior aproximação das igrejas pentecostais na rotina dos indivíduos, entre outros. O terceiro subitem abrange que o aumento no congresso nacional pelos os evangélicos por uma remodelagem da "nova direita" distanciada daquela do regime militar, mas comprometida com a higienização da moral da política, propiciada por uma mudança de cosmovisão voltada para o reconstrutivismo social.

O capítulo 3 é composto por três subitens. O primeiro, aborda a exclusão da mulher da atividade política no Brasil e no mundo, que está diretamente enviesada pela dominância dos interesses do capital, impregnando uma cultura de naturalização do feminino ao cuidado, de reprodução e, restringindo ainda mais quando tratamos das mulheres negras. O segundo item nos diz que as mudanças institucionais para garantir a participação feminina na política aborda que as leis, geralmente, são feitas para servirem de um formalismo e, que com o predomínio masculino no parlamento, não estão alijadas com o um compromisso de mudança do cenário político. No último subitem, mulheres evangélicas e política, trata de uma remodelagem na configuração dinâmica social, há um reconhecimento da importância da mulher para além de casa, mas referendada por seus compromissos com Deus e muito cientes da sua posição secundária na política.

No capítulo 4, trazemos o perfil das mulheres evangélicas nas eleições de municipais de 2020, apresentando análises comparativa sobre o perfil dos candidatos evangélicos, utilizando o marcador de gênero, para extrair semelhanças de dessemelhanças,

e como efeito comparativo entre candidatos e eleitos para facilitar o desenho do perfil dessas mulheres.

*Capítulo 1*

# A INFLUÊNCIA DOS EVANGÉLICOS NA POLÍTICA

## 1.1 – O Crescimento dos Evangélicos no Brasil

O termo evangélico, no senso comum, é atribuído a todos os que não fazem parte do grupo católico apostólico romano. Em termos científicos, estudiosos da religião tendem a subdividir em dois grandes blocos: protestantes históricos e protestantes pentecostais.

Os pioneiros no Brasil foram os protestantes históricos, provenientes da Europa, após a reforma protestante empreendida por Lutero, por volta do século XVI, que rompe com os dogmas da igreja católica e contribui para uma maior autonomia das interpretações bíblicas.

Nesse período, a igreja católica já atuava no Brasil na disseminação dos seus valores e hábitos ocidentais, catequizando os indígenas, impondo sua cultura como dominante. E, mesmo depois que eles deixaram de ser convenientes ao Estado Lusitano no processo de colonização, com a expulsão da Companhia de Jesus pelo Marquês de Pombal, fincaram raízes, o que dificultava a estabilidade de outras religiões. Por exemplo, apenas no final do século XIX que há registro de permanência definitiva de luteranos no Brasil, no Rio de Janeiro (Da Silva, 2021), ou seja, a pressão católica em relação a outras práticas não católicas ainda ecoava, o que reservava uma certa timidez aos crentes.

No início do século XX, surge nos Estados Unidos o pentecostalismo. Religiões que possuíam como características: a *glossolalia* – falar um linguajar diferente quando em transe -; acreditar no poder da cura das pessoas – Metanoia (Manso, 2023); a crença na Teologia do Domínio (Lopes, 2019), a presença de um líder "ungido pelo Espírito Santo", que irá conduzir os fiéis na batalha contra o mal (corrupção, a destruição da família natural, dentre outros) e, a crença na Teologia da Prosperidade, principalmente, entre os neopentecostais, cuja principal representante, é a Igreja Universal do Reino de Deus. A teologia da prosperidade se utiliza do sucesso individual no mercado para obtenção da "graça divina".

A entrada dos pentecostais, no Brasil, iniciou em 1910, com a chegada dos pentecostais clássicos, cuja representante principal é a Igreja Assembleia de Deus. E, possuíam um viés mais de contraste com a igreja católica, naquele momento. Tendo sido beneficiada pelo seu pioneirismo no campo pentecostal e, por ser contemporânea de acontecimentos históricos, como o final do ciclo da borracha, no norte do Brasil, que demandou intensos fluxos migratórios, por exemplo. Um ponto de destaque na Igreja AD são as rupturas doutrinárias na sua origem por seus dirigentes, tais como Samuel Nyström e Gunnar Vingren, que favoreceu a sobressalência das lideranças regionais e, por isso, ela é considerada descentralizada e não homogênea (Da Silva, 2021). Há de se reforçar, também, que um dos pontos de divergência estaria em torno do protagonismo de Frida Vingren, esposa de Gunnar, como enunciadora do evangelho. Posto este, ocupado majoritariamente por homens (Silva, 2022).

A partir de década de 50, tem a chegada da onda deuteropentecostal, que têm como principal representante, a Igreja do Evangelho Quadrangular, com um propósito mais de conversão de fiéis, alijado ao uso de meios de comunicação e mobilização de pessoas em locais públicos, como praças, coretos, entre outros.

Em 1977, é criada a Igreja Universal do Reino de Deus, principal igreja da nova era pentecostal - os neopentecostais - sob a liderança do pastor Edir Macedo. Com um formato empresarial, onde cada igreja tem uma representação similar de filial, subordinado a uma cúpula central de decisão. Se utilizam de estratégias para vencer o mal, através do aumento de seus representantes nos espaços de decisão. Usando os meios de comunicação, rádio e televisão, para difundir seus informes e interpretações bíblicas. Atualmente, detém a 2º maior emissora de televisão aberta do Brasil, a Rede Record. Pregam a importância do pagamento do dízimo pelos fiéis, pois quanto maior o sacrifício, maior será a recompensa de Deus.

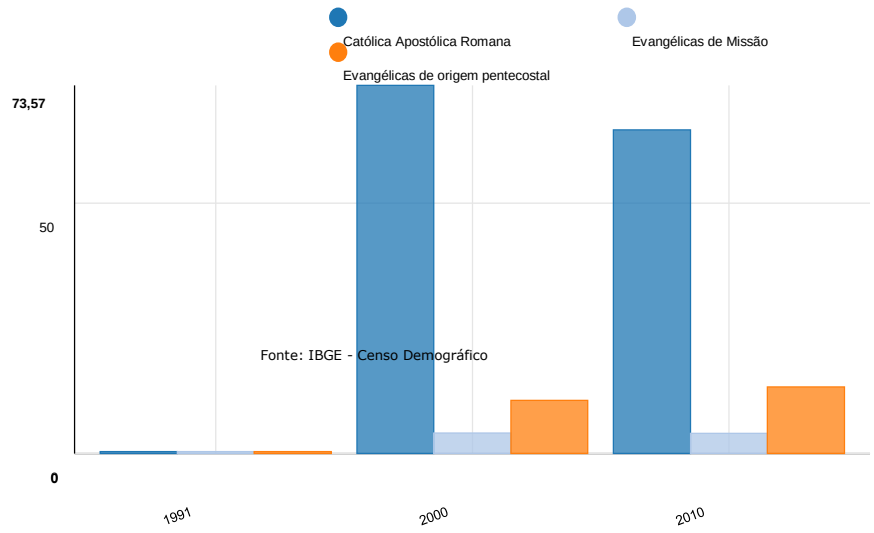
As igrejas evangélicas possuem uma grande abrangência territorial nas cidades. A exigência de edificações simples, como um cômodo pequeno, oferece uma maior facilidade para sua proliferação pelos bairros, cidades. Também, não exige longos anos de estudos teológicos para o pastor proferir a interpretação do evangelho, logo, quaisquer pessoas que sintam um chamado do Espírito Santo, através de uma revelação de sua missão, podem ser enunciadoras da palavra.

Por outro lado, as igrejas evangélicas predominam nas periferias, lugares onde a pobreza e a violência são evidentes e, cuja ações assistenciais são o mais próximo do que aquela comunidade entende por cidadania. Diante disso, não dá para ignorar a maior aproximação da igreja ao indivíduo. Soma-se a isto, o discurso de cura, de superação, de correção, em um contexto de pessoas desassistidas, que muitas vezes foram empurrados para o mundo do crime. E, o pastor sabe disso, talvez até compartilhe da mesma experiência, o que dá ainda mais peso a sua fala, porque o seu discurso é de pertencimento.

Os dados a seguir trazem a modificação da população residente, tanto nacional, como regional e local, que auto declararam católicos, evangélicos históricos e pentecostais, levando em consideração um intervalo de 10 anos entre dois censos consecutivos, 2000 e 2010. Infelizmente, até o presente momento, ainda não obtive os dados de 2022, referente ao último censo do IBGE.

Na tabela abaixo, traçando um comparativo entre os censos de 2000 e 2010 disponibilizados no banco de dados SIDRA/IBGE, entre os que se declararam católicos apostólicos romanos, evangélico de missão (protestante históricos) e evangélicos pentecostais, entre a população residente, em termos percentuais, são, respectivamente: 73,57% (2000), 64,63% (2010); 4,09% (2000), 4,03% (2010); e, 10,58 % (2000) e 13,3% (2010).

**População residente, por religião (Brasil)**



Isso significa que diante de um cenário em que as religiões tradicionais estão em uma trajetória decrescente, as igrejas pentecostais controvertem essa dinâmica e, está em franco crescimento. Entre os dois censos, a religião católica perdeu 8,94 % de sua população, bem como, os evangélicos tradicionais, decrescendo em 0,06 %, em contraponto, os pentecostais cresceram 2,72 %.

### 1.2. A relação entre política e religião

A religião católica, no Brasil, ocupou a posição de religião oficial de Estado no período Colonial e Imperial, só perdendo esse status com a constituição republicana de 1891, caracterizada pela laicização do Estado. O que ocorre pela influência dos ideais iluministas, que davam ênfase ao racionalismo científico, definindo, assim, a separação entre igreja e Estado como um passo rumo à modernidade. Mas, a laicização do Estado não significou a retirada da religião do espaço público e da arena política.

Alves (2017), no seu artigo, *Fé e voto: a presença da religião na política brasileira*, reporta que a formação da Liga Eleitoral Católica (LEC) é uma evidência de que a presença da igreja católica na arena política sempre esteve viva. A LEC foi criada em 1932, com intuito de defender os ideais cristãos e fazer oposição ao comunismo (criação do PC do B, em 1922) e foi presença forte na Assembleia Constituinte de 1934, onde garantiu o ensino religioso na educação pública, e a introdução da capelania nas forças armadas, além de concessões estatais para a realização de atividades assistenciais ligadas à igreja.

Na década de 1960, o projeto desenvolvimentista do governo Juscelino Kubitschek, que consistia na estruturação de grandes polos industriais (automobilístico, energia, entre outros), realizou a transição do Brasil rural "atrasado" para o Brasil urbano "moderno", empurrando famílias inteiras de regiões interioranas do Brasil para grandes cidades em busca de melhores condições de vida, porém, o que encontravam, geralmente, eram abandono e desesperança.

As grandes cidades como São Paulo, por exemplo, como tantas outras, não oferecem infraestrutura adequada para atender o intenso processo migratório, e as pessoas acabavam tendo como única alternativa inflar as periferias, sem rede de esgoto e água encanada, escolas e emprego. No Concílio Vaticano II (1962-1965), a preocupação da cúpula da igreja católica era quais medidas tomar diante do contexto de crises externa e interna. Externamente, em função da Guerra Fria e o temor do avanço comunista pelo mundo e,

internamente, referente a perda de fiéis para o pentecostalismo crescente nas américas, principalmente, na América Latina. Constatou-se que, entre 1970 e 2010, de acordo com o IBGE, o percentual de católicos em 1970 era de 91,8 % e, em 2010, decresceu para 64,63 %. Enquanto que os evangélicos, considerando o mesmo período, cresceram de 5,2% para 22,1 % (ORO, 2020).

Na América Latina, onde se encontra o maior contingente católico das Américas, foi urgente adotar ações mais específicas germinadas na II Conferência Geral do Episcopado Latino Americano (1968), realizada na Colômbia. O que desencadeou em uma mudança de postura por parte da Igreja, com a Teologia da Libertação, conforme Manso (2023) traz em seu livro *Fé e Fuzil*:

> "O mote da nova teologia era "ver, julgar e agir", o que implicava, inicialmente, entender o contexto de forma crítica usando ferramentas das ciências humanas e deixando as lendas e superstições de lado." (MANSO, 2023, p.158)

Manso (2023) afirma que a Teologia da Libertação aproximava a igreja das comunidades, em defesa dos pobres. Conscientizando e organizando politicamente para serem agentes transformadores do seu próprio destino. Surgem, então, as Comunidades Eclesiais de Base (CEB's), que consistiam no desenvolvimento de ações assistenciais de atendimento, servindo, também, como meios de articulação da sociedade civil com vistas a exigir do Estado a implementação de políticas públicas, manutenção e ampliação de direitos.

Traçando esse panorama histórico da igreja católica no Brasil podemos dizer que mesmo com a separação formal em relação ao Estado, a pressão da igreja nas decisões públicas, de alguma forma, ainda mantinha um peso, que, sim, pode ter diminuído, mas ainda assim estava lá.

Em 1978, com a posse do Papa João Paulo II houve uma reavaliação das ações empreendidas pela igreja, por exemplo, a ala conservadora já desacreditava das iniciativas acordadas, anteriormente, na conferência de Medellín, por temer que essa aproximação em defesa dos pobres pusesse em xeque a sua própria estrutura institucional. Então, o episcopado rompe com os seguidores da Teoria da Libertação.

Alguns clérigos continuaram na igreja, outros não. Mas, o resultado disso, ironicamente, foi aquilo que se pensou como artifício para evitar um aumento de adeptos às ideias comunistas, veio a propiciar a formação de um movimento de esquerda brasileira como, por exemplo, a construção do Partido dos Trabalhadores – PT.

O aumento das religiões denominadas evangélicas, pentecostais e neopentecostais, no Brasil, ocorreram em meados da década 70, coincidindo com a desarticulação da ala progressista da igreja católica e a criação iminente de uma assembleia para aprovação de uma nova constituição, a Constituição Cidadã. Naquele momento, os evangélicos, principalmente, na representação da Igreja Assembleia de Deus e da Igreja Universal do Reino de Deus, viram a possibilidade de se tornarem *mainstream* - termo utilizado por Oro (2020) para referenciar o protagonismo no cenário nacional -, se utilizando de uma mentalidade corporativa, de base doutrinária a Teologia da Prosperidade e desempenhando uma maior integração aos usos e costumes locais.

O aumento da força evangélica na política ocorre no momento da redemocratização Brasileira e a criação de inúmeros partidos políticos, entre outras iniciativas, de reafirmação de um Estado democrático. Deve-se levar em consideração que o Brasil, bem como a América Latina, presenciou contextos históricos de muita instabilidade democrática, o que contribuiu para a fragilidade da relação entre o eleitor e o partido, em outras palavras, a uma reduzida identificação partidária, com o voto sendo definido a partir de outras variáveis.

Conforme Oliveira (2012), o eleitor vai buscar maximizar seu voto a um baixo custo imprimindo a Teoria da Escolha Racional. O cálculo entre o voto individual e o universo dos eleitores associados aos benefícios individuais que virão a ter, irá levá-los a concluir no seu baixo poder. Os eleitores, então, tendem a diminuir o processamento de informações e decidir o voto a partir do simbólico.

As igrejas evangélicas se utilizam de mídias, de sua presença física e assistencial em regiões periféricas, do marketing do púlpito, do envolvimento dos seus fiéis com a igreja, bem como, da apropriação de discursos de moralidade para criar um sentimento de pertencimento desse eleitor. O que vai marcar a presença forte dos evangélicos na política brasileira é a estruturação e convergência dos candidatos da Igreja Universal do Reino de Deus no Partido Republicanos, hoje, com 43 representantes na Câmara dos Deputados e, 4 no Senado Federal.

Em suma, percebemos que durante toda a construção do Estado democrático, a igreja católica sempre se portou, de fato, como um braço das ações públicas, sendo ratificado por recebimentos de repasses de verbas pelo Estado, conforme Fonseca (2004) menciona em seu artigo, o qual religiosos católicos administram *órgãos não-governamentais* (ONGs)

investida como terceiro setor como, a Pastoral da Criança, entre outras e, além disso, tendo concessões para atuações em diversas áreas, como saúde, educação e em reservas indígenas. Este autor, também, destaca a necessidade de uma isenção total pelo Estado - neutralidade positiva -, em relação a quaisquer grupos, seja religioso ou não, e uma delimitação maior de campos de atuação, o que garantiria uma maior liberdade religiosa e uma sociedade mais democrática.

### 1.3. – O Crescimento dos Evangélicos na Política Eleitoral

A América Latina em seu panorama político sempre conviveu com períodos descontínuos de governança democrática e esse efeito histórico tem por resultado, atualmente, em democracias fragilizadas, imaturas, que o tempo todo sofrem ameaças as suas instituições, por parte de grupos conservadores, militares e dos donos do capital. No Brasil, a redemocratização com a constituição de 1988, assegurou a livre criação, fusão e extinção de partidos políticos e, diante disso, houve um crescimento expressivo de novos partidos participando do jogo eleitoral.

O sistema partidário é compreendido como sendo a arena de atuação dos agentes políticos (candidatos e eleitores). E, para se ter um sistema partidário sólido, democrático, é fundamental que esse jogo de forças atuantes tenham a expectativa de que as regras de ação e inação pré-definidas não sejam alteradas no futuro, o que se chama de institucionalização. Quanto mais desenvolvida a democracia, mais institucionalizada ela será. Com isso, eu quero dizer que o processo de democracia no Brasil é incipiente e, ainda, a oscilação entre governos autoritários e democráticos no seu processo histórico não foram suficientes para que eleitores construíssem vínculos ideológicos fortes com os partidos políticos. Isso justifica a definição do voto pelo eleitor a partir de características pessoais do candidato, contexto atual econômico, enfim, recaindo em parâmetros que exijam dos eleitores menos processamento de informações ao definir o voto, baseando-se em variáveis de curto prazo, apenas. (Mainwaring e Torcal, 2005).

Se observa, ainda, uma alta volatilidade eleitoral (uma das variáveis de institucionalização), ou seja, pouca fidelidade partidária durante a definição do voto entre duas ou mais eleições e uma grande fluidez de votos entre os partidos, favorecendo o surgimento de *outsiders*, como os presidentes, Fernando Collor de Melo e, mais

recentemente, Jair Bolsonaro, políticos que vieram de um anonimato ou de uma inexpressividade política a ocupar o cargo de presidente da república brasileira.

(Mainwaring e Torcal, 2005) afirmam que a despersonalização dos partidos em contraponto a personalização dos candidatos, remete a um baixo enraizamento social dos partidos, que passam a servir, apenas, como um requisito formal para participar das eleições (perda de legitimidade), e garantir acesso ao fundo de financiamento de campanha, constituído em 2017, e a propaganda eleitoral de rádio e TV.

Lacerda (2022) pontua no seu estudo comparativo da entrada dos evangélicos no Brasil, Colômbia e Chile e sua repercussão eleitoral, que o sucesso eleitoral evangélico, no Brasil, se dá desde o contexto multipartidário com a constituinte de 1988, mas também, pela configuração do sistema eleitoral vigente, que apresenta alta magnitude dos distritos eleitorais. Entende-se por magnitude o número de assentos que cada estado federativo tem como representante em determinada eleição. Por exemplo, na câmara dos deputados, o número de eleitos por estado circunda entre 8 a 70 deputados, se em uma eleição majoritária isso significa a sub-representação de partidos menores, nas eleições proporcionais, como é caso da câmara dos deputados, em distritos com magnitudes elevadas, isso beneficiaria as representações partidárias menores, porque não exigirá um percentual elevado, somando os votos do partido e os do candidato, para atingir o desejável para obtenção do mandato.

Outro fator, é a estrutura organizacional das igrejas evangélicas, notadamente, a Universal, que realiza censos de fiéis e potencial de votos em um determinado distrito eleitoral para dimensionar a viabilidade ou não dos lançamentos de seus candidatos. É uma organização hierarquizada, na qual os pastores, que integram a base dessa pirâmide, não participam das decisões e deverão reportar suas ações aos bispos, que fazem parte da cúpula da igreja. Essa mesma estrutura é encontrada no partido político Republicanos. Criado em 2006, inicialmente, com o nome de Partido Municipalista Renovador (PMR), depois, Partido Republicano Brasileiro (PRB) e, em 2019, apenas, Republicanos. O Republicanos é ligado a Universal e inaugura uma nova dinâmica dentro da política, que é de lançamento de candidatos oficiais representantes da igreja.

Todavia, isso não significa que antes os evangélicos estavam fora do jogo político. Estavam, sim. Lançando os seus candidatos em diversos partidos e, ainda continuam, mas agora, com o Republicanos, tinham um acesso facilitado na atuação política, sem precisar se

desgastar em diversas articulações e convencimentos com outros partidos para incluir o seu candidato, Cerqueira (2021).

Acrescente-se, também, o acesso a mídias, principalmente, com a TV aberta para prospectar fiéis, se utilizando de um linguajar acessível a todos e com um convite de mudança, de superação individual, alento. A necessidade de um maior comprometimento dos fiéis com as causas da igreja, exigindo uma presença frequentes nesses ambientes, criou vínculos sólidos com a mesma, uma maior identificação, ensejando em escolhas a partir da afinidade. O que influencia sobremaneira no aumento do número de eleitores apoiadores.

Vale ressaltar, que a maioria das igrejas pentecostais estão localizadas nas periferias das cidades e, muito importante, desenvolvem projetos assistenciais, oferecendo: saúde gratuita, como a recuperação de pessoas usuárias de drogas e álcool; oferecem serviços de cidadania, como emissão de carteira de identidade, títulos eleitorais, certidão de nascimento; e, diversas outras ações. Isso contribui para aumentar a visibilidade da igreja no bairro, e sua importância para a comunidade. A igreja assim como é o partido, também, é o Estado para estas pessoas na prestação de ações de cidadania.

Os candidatos oficiais e/ou apoiados pela igreja se colocam na posição de únicos detentores de uma reserva moral cristã, logo, estariam preparados para "batalha" da dicotomia Bem versus Mal. Mal, este, generalizado a tudo que é contrário as passagens bíblicas, tais como, união de pessoas do mesmo sexo, maior autonomia da mulher sobre seu corpo; e na sociedade, a corrupção, bem como, o que poderá ser obstáculo ao progresso de acumulação de capital, a prosperidade. O enriquecimento material é uma confirmação que a vontade divina está sendo cumprida.

Nas tabelas abaixo, com dados extraídos do site do Tribunal Superior Eleitoral, temos a evolução do quadro de candidatos do partido Republicanos, levando em consideração, tanto as eleições majoritárias, quanto proporcionais, a nível nacional e estadual.

Tabela 1 – Evolução das candidaturas do Partido Republicano no Brasil

| | 2006 | | | 2010 | | | 2014 | | | 2018 | | | 2022 | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| cargo | lançados | eleitos | | lançados | eleitos | | lançados | eleitos | | lançados | eleitos | | lançados | eleitos |
| | | | | | | | | | | | | | | |
| Dep. Estaduais | 57 | 3 | | 418 | 17 | | 449 | 32 | | 533 | 41 | | 876 | 75 |
| Dep. Federal | 21 | 1 | | 168 | 8 | | 267 | 21 | | 259 | 29 | | 533 | 40 |
| Senador | 1 | 3 | | 3 | 1 | | 1 | 0 | | 10 | 1 | | 5 | 2 |
| Governador | 1 | 0 | | 0 | 0 | | 1 | 0 | | 0 | 0 | | 3 | 1 |
| Presidente | 0 | 0 | | 0 | 0 | | 0 | 0 | | 0 | 0 | | 0 | 0 |
| **TOTAL** | **80** | **4** | | **589** | **26** | | **718** | **53** | | **802** | **71** | | **1417** | **118** |

Tabela 1 - Elaboração própria – TSE.

Nesta tabela, percebemos a crescente atuação do partido Republicano, principalmente, nas eleições proporcionais, no caso, para os mandatos de deputados estaduais e deputados federais, o que não é acompanhado, na mesma medida, nas eleições majoritárias, para os mandatos de senador, governador e presidente.

O nível de assertividade, ou seja, a relação percentual entre os candidatos eleitos e os candidatos lançados pelo partido, considerando as eleições para deputado federal, de 2006 a 2022, gira em média de 7,4 %. Mas o ponto alto são as eleições de 2018, na casa dos 11%, que reverbera o contexto de investigação de crimes de corrupção pela LAVA JATO; a prisão do presidente do Lula e sua inelegibilidade para concorrer nas eleições de 2018; o golpe proferido contra o mandato da presidenta Dilma Rousseff; entre outros, criando um ambiente propício para o discurso da moralização da política brasileira, o que contribuiu para alavancar a eleição de representantes evangélicos nos parlamentos nacional e estadual.

### 1.4. – O Crescimento dos Evangélicos no Congresso Nacional

O crescimento dos evangélicos no congresso nacional é imbricado com a definição de uma "nova direita" ideológica no Brasil, na tentativa de desvincular com a direita bipartidária do regime militar. Nesse período, conforme (Quadros; Madeira, 2018) os parlamentares simpatizantes desse grupo, raramente se auto declaravam de direita, apresentando-se de forma envergonhada.

A "nova direita" pós-redemocratização tem características mais reativa, ou seja, a sociedade necessita de uma redefinição identitária dessa "nova direita" para impedir uma desconstrução moral das famílias brasileiras. Essa remodelagem é ancorada em uma postura conservadora em face aos propósitos progressistas de outros candidatos e partidos do espectro de esquerda, bem como, uma política econômica capitaneado pelo mercado, com um mínimo de intervenção do Estado.

A posição preenchida pelos evangélicos conservadores dentro dessa "nova direita" é de se apresentar como antissistema. Beneficiados por um contexto recente de escândalos de corrupção e crises econômicas durante governo Dilma e Temer e, assim, evidenciar a fragilidade das instituições democráticas, proporcionando assertivamente em um discurso da necessidade urgente de uma higienização moral na política, com a presença desses candidatos comprometidos com valores tradicionais, oriundos desses segmentos.

Esse ativismo evangélico na política pós-80, demonstra uma conjugação de variáveis política, sociológica e teológica para mudança de comportamento.

Em Guadalupe e Carranza (2020), no âmbito político, houve uma crise ideológica no mundo após os desdobramentos da guerra fria, simbolizado com a queda do muro de Berlim, e o início da redemocratização em vários países, como no Brasil, por exemplo. Isso propiciou ao grupo evangélico uma oportunidade de participar mais ativamente da política, com intuito de ampliar o seu direito de liberdade de culto enquanto minoria e competir com a igreja católica. Nesse momento, década de 80, a atuação se limitava em dar apoio aos partidos surgentes. Iremos ver que a partir da década de 90, com a mudança teológica e sociológica, essa participação incluiu lançar candidatos oficiais e criar partidos políticos.

O evangélico do final da década de 80, também é aquele geracional, crescido no evangelismo, de pais e avós, frequentadores da igreja evangélica. Ou seja, um fiel amadurecido e com plena convicção de resguardar os ideais cristãos na sociedade. Essa variável social permite elucidar a ofensiva na arena política, como auto afirmação de cidadania.

No sentido teológico, há duas cosmovisões, pré milenarismo e pós milenarismo. A concepção pré milenarista supõe a existência de dois mundos, material ou real e o espiritual ou dos céus. Este último, seria onde realmente se viveria com justiça. Enquanto, que o mundo real seria das injustiças, das coisas ruins, logo, os crentes deveriam se abster desse mundo pecaminoso, principalmente, da política. Daí o jargão "crente não se mete em política". É como se o mundo material metaforicamente fosse uma sala de espera aguardando o retorno de Jesus Cristo, então, quanto mais ruim estivesse esse mundo, talvez, Cristo anteciparia a sua vinda a Terra. Essa concepção vigorava antes da década de 90.

A partir de 90, como seguindo uma influência mundial encabeçada pelas igrejas evangélicas norte-americanas, o neopentecostalismo altera essa visão de mundo para o pós

milenarismo, que já não entende dois mundos separados, mas sim, a sociedade ou o mundo material como parte do Reino de Deus (uma extensão do céu), sendo que ao invés do imobilismo social a espera do Cristo no pré milenarismo, aqui, os herdeiros de Deus na Terra são responsáveis pelo reconstrutivismo da sociedade. Chega de promessas futuras, o reino de Deus é aqui e agora – Teologia do Reino Presente. Essa mudança de postura contribuiu sobremaneira na entrada dos evangélicos na política e, principalmente, no processo legislativo e na alteração da agenda política circundada por uma "agenda moral".

Barbalho e Barboza (2020) destaca em seu artigo que uma prova nítida de confirmação dessa mudança de comportamento entre os evangélicos é o livro *Irmão vota em irmão. Os evangélicos, a constituinte e a bíblia*, de Josué Sylvestre, lançado em 1986. Nele, o autor, membro da igreja Assembleia de Deus e assessor parlamentar no congresso nacional, realiza um chamamento aos pastores do Brasil para um "despertar" em torno da realidade nacional e o exercício de controle e orientador sobre os fiéis.

Guadalupe e Carranza (2020) define dois perfis ideais de parlamentares dentro da nomenclatura evangélico: os políticos evangélicos, têm valores cristãos, porém vem de uma militância partidária, respeita as instituições democráticas e os valores de cidadania; e os evangélicos políticos, que desqualificam as instituições democráticas, procuram impor seus interesses e afastando quaisquer consenso, estão mais comprometidos com a igreja a qual pertencem ou que angariou votos para sua candidatura, em suma, não estão preocupados com a política.

A força evangélica no congresso nacional converge em uma Frente Parlamentar Evangélica (FPE), que reúne diversos grupos em torno de interesses comuns para aprovar ou vetar projetos de lei tramitando na Câmara dos deputados e no Senado. É importante destacar, que esses interesses nem sempre estão em torno de valores cristãos, como podemos exemplificar, com o apoio as iniciativas da "bancada da bala", que são a favor da redução da maioridade penal e da liberalização de armas de fogo, bem como, a defesa do grande latifúndio e a marginalização da agricultura familiar, pautados pela "bancada ruralista". A FPE, reúne parlamentares de diversos partidos e amplo espectro ideológico, além de representantes da igreja católica, principalmente, os ligados a *opus dei* e a renovação carismática. Ou seja, a força propulsora evangélica é tão grande que, ironicamente, acabou aproximando antigos rivais.

Em consulta ao site da Câmara dos Deputados no ano de 2024, o número de integrantes da FPE totaliza 227 parlamentares, sendo que 201 exercem mandatos de deputados federais e 26 de senadores. Isso equivale, em termos percentuais, a 39,18% e 32,09%, respectivamente. Revelando uma certa homogeneidade da presença dos evangélicos nas duas casas legislativas, o que nos leva a inferir uma facilidade na tramitação de suas pautas.

A partir dos dados realizei um recorte de gênero para verificar qual a proporção de mulheres na FPE. Dos 201 deputados federais pertencentes a FPE, 31 ou 15,42% são mulheres e, de 26 senadores, 2 ou 7,69% são senadoras.

Barbalho e Barboza (2020) traz em seu artigo, que a mobilização por bancada ajuda na atuação de barganhas com o executivo e, ao mesmo, tempo serve para exercer influência sobre os demais parlamentares. Entretanto, não significa que eles (evangélicos) façam parte de uma elite parlamentar, com poder de decisão no congresso, por exemplo, membros contínuos da mesa diretora no congresso nacional, que tem dentre as funções definir as pautas para discussão e votação. O retrospecto realizado pelos autores, de 2003 a 2018, sugere uma presença mínima nesses espaços. Aludindo que a força da bancada evangélica está nas comissões, responsável em fiscalizar o poder executivo e emitir pareceres técnicos por diversas áreas temáticas, como a Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado (CSPCCO), Comissão de Legislação Participativa (CLP) e a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), entre outras.

*Capítulo 2*

# AS MULHERES NA POLÍTICA

## 2.1 – A exclusão das mulheres da atividade política no Brasil e no Mundo

Na órbita da maximização de lucros e riquezas empreendida pelo capitalismo, foi instaurada a diferenciação dos seres humanos – Brasileiros, Franceses, Chineses, com a formação dos Estados Nacionais, por exemplo -, mas também, dentre outras, o estímulo a binarismos – homem e mulher. E, nesse meio surge a lógica da Divisão Sexual do Trabalho, que além de produzir a categoria gênero como produto desse capital, é determinante, através do controle do tempo livre e renda, de quem participará das decisões políticas nessa delimitação territorial e/ou geográfica observada.

As mulheres ficaram restritas ao ambiente privado, ao trabalho reprodutivo e não remunerado. De outra maneira, aos cuidados da família, da casa e geração de filhos. Cristalizando uma naturalização da posição da mulher na sociedade, com destino a maternidade e subordinação ao pai, marido, e excluindo-a das decisões de poder.

Mesmo diante do avanço de debates em grupos feministas desde meados do século XX, reclamando a inserção da mulher nas esferas de decisões, ainda se constata uma significativa sub representatividade política e baixas remunerações das mulheres. E, somado a isto, há outros marcadores potenciais de marginalização, como raça e classe.

No Brasil, o número de assentos ocupados por mulheres na Câmara dos Deputados, em 2018, segundo o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), foi de 15%, apenas. Desse número, 16,8% são compostas por pardas e negras. Seguindo a mesma fonte, agora com dados de 2020, o número de assentos ocupados por mulheres nas Câmaras de Vereadores, considerando nacionalmente, é de 16% e, dentro desse percentual, apenas, 39,6% é composta de pardas e negras.

Paralelamente, a média proporcional de horas dedicadas aos cuidados de pessoas e/ou afazeres domésticos, das pessoas de 14 anos ou mais, são de 5,25 horas para os homens,

enquanto, que para as mulheres são de 11,8 horas. E, as que se declaram pretas e pardas somam 12,2 horas dedicados ao cuidado.

Outra informação relevante, que amplia a desigualdade, é sobre a maioria de mulheres que vivem com rendimento 50% abaixo da média mensal real domiciliar per capita, com base nos dados do último censo de 2022.

Neste capítulo, não consideramos os dados das mulheres indígenas por uma questão puramente de retratar uma análise estatística abreviada, de uma primeira dimensão, apenas.

Esses dados reforçam a obstrução das mulheres para além das esferas de decisão, mas ao próprio acesso a cidadania, conforme Biroli (2018). A maioria masculina no parlamento e com propósitos conservadores, aqui cito, a Frente Parlamentar Evangélica, e também, os não religiosos, mas que se identificam com o patriarcado, de inviabilizarem a inclusão de temas na agenda política, tais como, a remuneração do cuidado, que refere-se as horas dedicadas ao cuidado de forma paritária entre homens e mulheres; igualdade de salários; permitir que (Elas) tenha um maior controle sobre seus corpos (em decisões como aborto, por exemplo); ações afirmativas que beneficiem a maior inserção delas no parlamento nacional e local, entre outros.

Biroli (2018) ressalta que a desigualdade é sentida de outra forma em relação as mulheres negras, estas, se encontram em maior vulnerabilidade econômica, social e emocional. Na maioria são pobres, começaram a trabalhar muito jovem, o pouco estudo adquirido as empurraram para o subemprego ou trabalho informal. A classe das trabalhadoras domésticas, por exemplo, considerada uma das categorias mais precarizadas, das 92% das mulheres que a compõe, 61,5% são negras, segundo nota informativa n° 2/2023 do Ministério do Desenvolvimento Social. Essas mulheres, em grande parte, são expostas a horas extenuantes de trabalho, conciliam os cuidados de dentro e fora de casa (espaço público) o que as limitam no exercício da cidadania, a ausência na participação de debates comunitários, movimentos sindicais, de mulheres, desencadeando em desinformação de seus direitos ou até mesmo desacreditando deles por ter um Estado ineficiente na fiscalização e manutenção do mesmo.

Vale ressaltar que a interseccionalidade dos mecanismos de opressão sofrido pelas mulheres é desigual, colocando as mulheres pretas em uma posição de muita desvantagem em relação as mulheres brancas e até mesmo em relação aos homens pretos, admitindo, aqui,

um parâmetro de estratificação de social para melhor dimensionar o problema. Entretanto, é importante frisar que essa "vantagem" concebida em relação ao desprestígio das mulheres negras não necessariamente é convertido em benefício aos outros grupos, mas sim, ao sistema capitalista, que a todo momento modula as formas de pensar e agir (jornais, mídias, desinformação) da sociedade, conforme a conveniência lucrativa.

### 2.2 – As mudanças institucionais para garantir a participação feminina na política

A sub-representação feminina é histórica, haja vista que as mulheres só integraram o seleto grupo de cidadãos – o poder de escolher e ser escolhido – através do instrumento do voto, conforme conceitua o TSE, em 1934. Entretanto, isso não mudou significativamente o quadro político nacional de maioria masculina apresentando dificuldades na figuração de mulheres em posições de poder.

A Constituição Federal de 1988 vigente, denominada Constituição Cidadã, traz em seu texto uma orientação para uma sociedade mais equânime. Entretanto, o que vemos nas casas legislativas nacionais, é a desproporção entre representantes e representados. Por exemplo, atualmente, na câmara dos deputados federal, 83% são homens e 17% são mulheres. Desse percentual masculino, 72% são brancos e advém de classe média e média-alta, advogados e empresários. Essa maioria branca e masculina corrobora com a proposição de que "quem tem voz" no fazer das leis brasileiras pode não ter, na melhor das boas intenções, o alcance dos problemas vivenciados pela maioria dos seus eleitores, principalmente, das mulheres. Ou tirando as boas intenções, eles conseguem, minimamente, prevê-los, entretanto, se vêm ameaçados em suas posições políticas e sociais e, então, jogam o jogo obstaculizando pautas que ensejem mudanças radicais na estrutura vindoura.

A lei de cota de gênero, lei nº 9.100/1995. Definiu o percentual mínimo de 20% do número de vagas de registro por partidos ou coligações de candidaturas femininas em eleições proporcionais, sendo que mais tarde, esse percentual aumentou para 30%, com a lei nº 9.504/1997. O que se observa na prática é o descumprimento generalizado das regras pelos partidos, com estruturas não diferentes do parlamento – de maioria e lideranças masculinas -, enxergando a lei como recomendação, apenas. Ou seja, conforme a conveniência. O que transparece é que àqueles que têm "voz" (Gomes dos Santos; De Andrade Gabrich, 2021), em virtude, talvez, de uma pressão de organismos internacionais, através da assinatura de um tratado em que o país seja consignatário, por exemplo, cria as

leis para cumprimento de exigência internacional, mas já com margens de manobra, que amorteça os efeitos.

Há de mencionar que a elaboração das leis já citadas surge em contexto de realização da IV Conferência das Nações Unidas sobre a Mulher, em Pequim, no ano de 1995. Na qual se deu amplo diálogo e visibilidade a discriminação e inferioridade da mulher na vida social, seguido de um compromisso entre os países membros de eliminar todas as formas de discriminação contra a mulher. O que pode ser reiterado que as leis 9.100/1995 e 9.504/1997 são reflexos desse acordo internacional.

Em virtude da falta de preenchimento da reserva de 30% das vagas nas candidaturas femininas pelos partidos, foi editada a lei nº 12.034/2009, que foi taxativa em determinar a cota sobre os candidatos apresentados e, não somente, na reserva de vagas.

Diante da pouca sobressalência do número de mulheres eleitas após essas políticas afirmativas, se colocam algumas críticas. Umas delas é a cota, por que não segue a proporção do eleitorado por gênero, ou seja, 52 % ao invés de 30%? A outra, é dedicada ao próprio sistema eleitoral, porque não adotar nas eleições proporcionais, a opção por lista fechada, impondo aos partidos a composição de candidatos alternados por gênero?

Este último questionamento requer um pouco mais de aprofundamento. Hoje, no Brasil, nas eleições proporcionais, para eleger deputado federal, deputado estadual e vereadores, vigora a estrutura de lista aberta. Quaisquer candidatos com filiação partidária podem concorrer a um desses cargos. Entretanto, para serem eleitos precisam atingir 10% do quociente eleitoral[1] e estejam entre os mais votados das vagas destinadas ao seu partido, obtido por meio do quociente partidário[2], conforme o site do Tribunal Regional Eleitoral – SP.

Diante dessa configuração, quem tem chance em potencial para se eleger são os candidatos que detém mais recursos para investimentos em campanha, pois acaba tendo maior visibilidade junto aos eleitores. Haja vista que não é promovido debates de candidatos ao legislativo pela imprensa, então o contato do eleitor com o candidato é pelo material de

[1] O quociente eleitoral corresponde ao total de votos válidos (nominais + votos de legenda) dividido pelo número de assentos em disputa.
[2] O quociente partidário corresponde ao total de votos recebido pelo partido dividido pelo quociente eleitoral.

campanha produzido (ex. santinhos, carro som) e/ou do apoio desse candidato a outro disputando as eleições majoritárias, presidente, prefeito e governador.

Essa dinâmica favorece a permanência de antigos políticos por já serem bem conhecidos no meio, outros que já são conhecidos nos meios de comunicação (ex. apresentador de tv, cantores, radialistas), um destaque para os evangélicos e, por último, os candidatos que possuem poder econômico ou estão alinhados com o capital (ex. banqueiros, agronegócio). O que distancia ainda mais a participação feminina na área legislativa, principalmente, as mulheres negras, que em grande maioria são de baixa renda, trabalham em dois ou mais empregos para garantir a sua subsistência.

Mesmo com o aumento do percentual mínimo de 5% para 30% do fundo partidário destinado ao financiamento de candidaturas femininas com a lei 13.165/2015, ainda sim, são insuficientes e as deixam em desvantagem na disputa eleitoral, pois não contam com aportes expressivos de recursos. Resta-nos avaliar se a instituição da emenda complementar nº 111/2021, que computa o voto atribuído as mulheres e as pessoas negras, em dobro para fins de distribuição de recurso do fundo eleitoral, no período entre 2022 à 2030, irá contribuir para uma distribuição parlamentar mais igualitária.

Para além de medidas afirmativas, como a Emenda Constitucional 117 (originária da PEC 18/210), que impõe aos partidos políticos a reserva de 30% do fundo eleitoral às candidaturas femininas, bem como a destinação do tempo de rádio e televisão na propaganda política. Deve advir acompanhada de uma política eficiente de equiparação salarial, que não as obrigue em ter dois ou mais trabalhos para garantir um mínimo de renda para sua sobrevivência e de sua família e, que destine um tempo livre para o lazer, para estudar e vivenciar a comunidade, atuar junto a debates para buscar soluções de melhoria individual e coletiva. São medidas que irão emponderar essas mulheres em uma maior participação da vida pública, conforme traz Carole Pateman (), em sua obra *O Contrato Sexual*, é preciso oferecer segurança a essas mulheres suficientemente capaz, que introjetem o poder de sua voz e a diferença que podem fazer e, a partir daí crê que a política é espaço de mulher, também.

A mudança institucional, como reporta Ramos (2014) em seu artigo, deve emergir, também, dentro de casa, pois o ambiente familiar, além de ser anterior a socialização pública é, também, construtor de subjetividades e, isso determinará a atuação positiva ou negativa

das mulheres no espaço público. A família sempre foi, historicamente, um aliado na subordinação dos corpos femininos em relação a figura masculina e a restrição ao ambiente privado e, fundamenta uma conexão com o que se projeta ao ambiente público. Isso é perceptível nos corpos de mulheres, com expressiva timidez, descrédito de suas ideias quando postas em debates com maioria masculina e uma aversão como agente política. Podemos conferir esse comportamento nos inúmeros casos de violência política de gênero que deputadas passam em debates no parlamento, como descrédito dados a suas opiniões, interrupções frequentes de sua fala, desqualificação de sua conduta, entre outros. Um exemplo atual, foi o pedido pelo Ministério Público do Estado de investigação de violência política de gênero contra a deputada Sâmia Bomfim, durante a CPI do MST, que ao se pronunciar teve o seu microfone desligado pelo o presidente do colegiado, deputado tenente-coronel Zucco (Rosa; Demori, 2023).

A lei nº14.192/2021 tornou crime a violência política de gênero e visa prevenir, reprimir e combater a violência política contra mulher nos espaços e nas atividades relacionadas ao exercício dos seus direitos políticos. Prevê pena de 1 a 4 anos de reclusão e multa e, se for contra idosa (a partir de 60 anos), pode chegar a 5 anos e 4 meses, conforme Tribunal Superior Eleitoral.

Ainda que o cenário seja de desigualdade entre homens e mulheres, os movimentos de mulheres pelo mundo trouxeram progressos nas dinâmicas sociais de diversos países e, no Brasil não seria diferente. A atuação positiva do Estado no combate à violência contra mulher, através da Política Nacional de Enfretamento à Violência contra Mulheres, estruturado a partir do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (PNPM), em consonância com a Lei Maria da Penha 11.340/2006, assegura um avanço em direção a causa feminina, no sentido de reprimir violências (patrimonial, física, doméstica, psicológica, moral, sexual e tráfico de mulheres). De certa forma, essa postura legal contribuiu para que muitas mulheres saíssem de contextos familiares opressivos, da dependência econômica dos maridos, por exemplo, buscando a sua própria renda, ou seja, tendo uma maior autonomia.

Segundo dados do DIEESE (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos), do 3º trimestre de 2022, a maioria dos domicílios brasileiros são chefiados por mulheres (50,8%), dentro desse percentual, as mulheres negras correspondem a 56,5%. Contudo, comparando a renda média do trabalho da família, os domicílios de casais com e sem filho recebem os maiores valores (R$ 4.987,00 e R$ 4.898,00, respectivamente),

enquanto, os domicílios monoparentais com chefia feminina (R$ 2.833,00) e unipessoais femininos (R$ 2.913,00). Percebam a discrepância salarial. No caso, das mulheres negras com filhos a renda média é de R$ 2.362,00, o que é ainda menor.

Em termos gerais, o ativismo, principalmente do feminismo negro, é de suma importância no avanço de debates e pressões sobre os fazedores e aplicadores de leis, que garantam uma maior autonomia dessas mulheres e reprimam qualquer ato de violência, mas também, que propicie outras formas de conjugar as características de feminilidade (acolhedora, alteridade, honestidade, moralidade) com o fazer política institucional.

### 2.3 – Mulheres Evangélicas e Política

Um reconhecimento da força política evangélica dentro do Congresso Nacional Brasileiro é a convergência de vários partidos, tanto de espectro ideológico de esquerda, quanto de centro e direita, em uma Frente Parlamentar Evangélica (FPE), que se autodenomina representante dos evangélicos na política e, ainda, como agentes defensores dos propósitos de Deus. Dentre as bandeiras levantadas estão a defesa da família, a moral cristã, a liberdade religiosa, a vida. Em contraponto, repudiam quaisquer ampliação e/ou manutenção de direitos das comunidades LGBTQIAPN+, dos direitos reprodutivos das mulheres ou que eles enxerguem em que o conceito de família heteronormativa possa estar em xeque.

Olhando a composição de mulheres na Câmara dos Deputados e no Senado e que também fazem parte da FPE, atualmente, temos que das 90 deputadas eleitas para a Câmara dos Deputados, 31 fazem parte da FPE. Em termos percentuais, 17,44% das mulheres com assentos na Câmara baixa Brasileira, 34,44% pertencem a frente evangélica. E, no Senado Federal, das 15 eleitas senadoras, 2 compõem a FPE.

Corroborando com Souza (2015), parece-nos que assim como os movimentos feministas se aprimoraram ao longo do tempo, o conservadorismo, também, reestruturou suas estratégias para uma atuação mais assertiva no embate político. Mesmo a religião subordinando a mulher aos cuidados, tanto espiritual, quanto material, a prosperidade da família (Teixeira e Reis, 2022), ao invés de restringir a atuação feminina ao ambiente da casa, expandiu essa presença espacialmente para arena pública, como se o público e o privado fossem uma única coisa. Permitindo, assim, a entrada das mulheres nos ambientes de poder. Mas, como destaca Souza (2015), ao pesquisar as pautas desenvolvidas por essas

parlamentares, nem sempre se traduziam em ampliação de direitos para mulheres, pois, elas votavam conforme a vontade da igreja que ajudou na sua eleição. Além de não participarem como lideranças em pautas relacionadas a mulheres, ou seja, no que se convencionou de temáticas polêmicas (descriminalização do aborto, controle reprodutivo), na maioria das vezes, se colocam em posição subalterna em relação aos homens, que discutem e tomam as decisões.

É importante destacar que as opiniões entre os evangélicos não são homogêneas sobre alguns temas e até mesmo dentro da própria igreja. A IURD, por exemplo, levanta a bandeira de uma "Fé inteligente" dissociada de emoção, para se alcançar uma "vida em abundância", que proporcione aos fiéis planejamento familiar, através do conhecimento e uso de contraceptivos como controle de natalidade e, também, a decisão pelo aborto, em casos que a mulher seja vítima de estupro, ou que o prolongamento da gravidez cause perigo a mãe, ou que a criança nasça com alguma deficiência que inviabilize uma vida saudável e, até mesmo, os pais não tenham condições de prover uma vida digna para a criança (Edlaine, 2009). O que contradiz a visão de muitos outros evangélicos, como os neopentecostais e, de segmentos da igreja católica.

De acordo com a IURD, a vida gira em torno da família, através da instituição casamento. Se não há família, não haverá igreja. Concomitante, não haverá sociedade e, muito menos, País. Nesta visão, a mulher exerce um papel chave para obtenção do sucesso espiritual e material. Ela é responsável em harmonizar a relação dentro de casa, cuidar dos filhos e do marido, para que o desempenho das atividades deles não sejam prejudicados por desleixos. Por isso, o estímulo para que os casais sejam de uma mesma instituição religiosa para convergirem a uma vida regrada e de submissão ao marido. Essa fidelidade se sobrepõe até a fidelidade institucional, como pontua Edlaine (2009). O que mais faz pensar do ponto de vista político, a questionar as ações de mulheres evangélicas na arena política e a fidelidade ao seu cônjuge como "esposa do homem de Deus".

O que me chamou atenção nesse artigo *"Fé racional" e "Abundância": família e aborto a partir da ótica da Igreja Universal do Reino de Deus*, da Edlaine Gomes (2009), foi o reconhecimento da importância da mulher, mas ao mesmo tempo, a dupla subordinação a qual está submetida, a Deus e ao marido. Enquanto, que os homens são submetidos, apenas, a Deus. Além disso, a mulher é responsável pelo sucesso e o insucesso dos "homens de Deus", transportando para o mundo da política, podemos corroborar com o fortalecimento

das mulheres, notadamente esposas, no desenvolvimento de alianças com igrejas evangélicas e lideranças locais no apoio de candidaturas de seus maridos. Um exemplo recente, foram as eleições de 2018 e 2022 para presidente da república, nas quais o ex-presidente Jair Bolsonaro, auto declarado católico, contou com o apoio massivo de sua esposa, Michele Bolsonaro, evangélica, na formação de alianças com o segmento das igrejas evangélicas e outras cristãs, em apoio a sua candidatura. Bem como, entidades da organização civil em defesa de crianças com autismo e surdas, projetos sociais já de atuação ativa por sua igreja e, que no processo político ajudaram a engrossar o apoio ao seu marido.

Teixeira e Reis (2022) traz o conceito de "família" desenvolvido pelos evangélicos, que extravasa o sentido biológico de consanguinidade, ser pertencente ao um grupo religioso é família, por assim ser entendido o outro pertencente a mesma igreja como "irmão". Bem como, a participação frequente das irmãs nas igrejas, em projetos sociais para a comunidade, ensejarem um maior envolvimento com as causas religiosas. Fortalecendo a micropolítica do cotidiano e, sendo fundamental para transparecer as populações desassistidas uma legibilidade política dos atores evangélicos.

Esse engajamento dessas mães e esposas em ações sociais e missionária, desempenhando um papel de acolhida aos aflitos, insere na imagética o referencial de vida. Caridosa. Mãe. Principalmente, quando ela possui visibilidade por ser a esposa do pastor da comunidade. Ela pode ter sido sempre atuante e nunca ser vista, entretanto, se o marido participa do jogo político, torna-se capital eleitoral forte por seu engajamento.

Algumas igrejas evangélicas já admitem mulheres como pastoras, ou seja, como lideranças. Mas, no caso da Assembleia de Deus, que não possui uma hierarquia central e, sim, líderes regionais, a variação tradicional e progressista depende de cada região. No município de Belém, o ministério da Assembleia de Deus não aceita mulheres na posição de pastoras. E, elas são as maiores frequentadoras dos templos (Coutinho, 2020).

Importante frisar, que mesmo àqueles pertencentes ao segmento progressista da Assembleia de Deus, que permite a mulher como pastora, geralmente, elas são esposas de pastores antigos ou com algum prestígio. Isso pode ser refletido na esfera política, onde grande parte das mulheres candidatas, ou são esposas, ou filhas de pastores consagrados.

Coutinho (2020) reforça que uma das maiores igrejas pentecostais atuante no Brasil – a Assembleia de Deus -, ainda segue uma orientação hierárquica de gênero, que silencia

mulheres e as restringem a atuação de bastidores, majoritariamente. Escondendo atitudes machistas por trás de interpretações bíblicas fundamentalistas, como no texto I de Timóteo 2:11-12:

> **“11 A mulher deve aprender em silêncio, com toda a sujeição.12 Não permito que a mulher ensine, nem que tenha autoridade sobre o homem. Esteja, porém, em silêncio.”**

1º Coríntios 14:34-35:

> **“34 permaneçam as mulheres em silêncio nas igrejas, pois não lhes é permitido falar; antes permaneçam em submissão, como diz a Lei. 35 Se quiserem aprender alguma coisa, que perguntem a seus maridos em casa; pois é vergonhoso uma mulher falar na igreja.”**

O desenvolvimento de geração de mulheres com o compromisso com Deus, calada, frágil e incompetente, não as deixam enxergar ou a conformam a sua subjetividade a sombra dos homens. Como não lutar pelo poder de decidir. Sendo coadjuvantes. Significando apenas um voto de manobra no parlamento ou em comissões menos importantes. Segundo Coutinho (2020), há mudanças de pensamento acontecendo, a teologia feminista propõe trazer a experiência de mulheres, que eram alienadas e oprimidas, ou seja, foram excluídas da reflexão teológica, por atenderem o universo masculino e, não o humano universal.

*Capítulo 3*

# O PERFIL DAS MULHERES EVANGÉLICAS NAS ELEIÇÕES MUNICIPAIS DE 2020

## 3.1. Aspectos metodológicos do estudo

Para estabelecer análises comparativas sobre o perfil dos candidatos evangélicos na esfera eleitoral, a pesquisa utilizou os dados disponíveis no Portal de Dados Abertos do Tribunal Superior Eleitoral – TSE, referente as eleições de 2020 para o cargo de vereador(a) em todos os municípios do país. Os dados foram organizados a partir de um recorte por Gênero, distribuindo-se os dados entre mulheres evangélicas e homens evangélicos, de forma a perceber a existência de semelhanças e discrepâncias no perfil das candidaturas evangélicas nos espaços de representação política. Utilizou-se para efeito comparativo tanto o total de candidatos quanto de eleitos relativo ao recorte por gênero.

Devido à dificuldade na identificação do total de evangélicos que disputaram as eleições de 2020, pois os dados do TSE não trazem o marcador religioso no processo de inscrição das candidaturas, a pesquisa adotou a metodologia proposta por Netto e Speck (2017)[3] que utilizaram como referência aqueles candidatos que informaram no nome que apareceu nas urnas, alguma identificação que pudesse indicar sua vinculação com uma congregação religiosa evangélica como: irmão/irmã, bispo/bispa, missionário/missionária, pastor/pastora, entre outros.

A partir desta metodologia, foi possível selecionar cerca de 9.089 candidatos evangélicos que disputaram a eleição de 2020, dos quais 478 foram eleitos. Do total de candidatos, 2.628 eram mulheres e 6.419 eram homens. Entre os eleitos 61 eram mulheres e 417 eram homens.

Para estabelecer o perfil dos evangélicos (eleitos e não eleitos) na composição das bancadas legislativas nas Câmaras Municipais separados por gênero, os dados foram

[3] NETTO, Gabriela Figueiredo e SPECK, Bruno. O dinheiro importa menos para os candidatos evangélicos?. Revista Opinião Pública, Campinas, vol. 23, núm. 3, pp. 809-836, 2017.

organizados a partir dos seguintes marcadores: gênero, raça, escolaridade, estado civil, faixa etária, partidos políticos e ideologia partidária.

A pesquisa considerou a totalidade de municípios existentes no Brasil, excluindo-se aqueles onde não houve eleição ou a eleição foi anulada ou o resultado estava sub judice no momento da coleta dos dados. Neste aspecto considerou 5664 municípios em que houve eleição em 2020.

O modelo de análise utilizado para efeito de comparação foi a estatística descritiva, que permite estabelecer padrões comparativos na associação entre variáveis dispersas, de forma a distinguir semelhanças e discrepâncias na comparação entre os grupos selecionados, no caso as candidaturas evangélicas distribuídas por gênero.

Com base nos dados organizados na tabela 1 foi possível perceber que a maior proporção dos evangélicos mapeados na pesquisa (46,6%) utilizaram a terminologia pastor ou pastora no nome que apareceu nas urnas em 2020, seguido de perto pelos candidatos que utilizaram a terminologia irmão ou irmã (45,5%). Os candidatos indicados como Missionário ou missionária (5,8%) e bispo e bispa (2,1%) foram minoritários na pesquisa.

Como reflexo do número de candidaturas, os autodeclarados pastores tiveram também a maior proporção dos eleitos com 51,6% seguido de perto pelos irmãos e irmãs que corresponderam a 41,9% da amostra analisada. Os autodenominados bispos e bispas e missionários e missionárias tiveram participação minoritária na eleição evangélica, com 2,3% e 4,2%, respectivamente, do total de eleitos.

Com base nos dados, podemos inferir que há uma preponderância entre os evangélicos pentecostais e neopentecostais na arena política municipal, no ano de 2020, em decorrência da nomenclatura pastora/pastor e irmã/irmão serem comumente denominações utilizáveis dentro dessas renovações evangélicas. O ponto de destaque são o sucesso eficaz dos pastores nas campanhas eleitorais.

Cerqueira (2021) atribui essa assertividade na candidatura de pastores a estrutura organizada e hierarquizada empreendida pelas igrejas. Com direito a um estudo pormenorizado de viabilidade de candidatura (censo de fiéis; cálculos eleitores/geografia) realizado pelos membros da cúpula da igreja. Distribuindo os pastores geograficamente, no intuito de maximizar suas chances de conquista do pleito. Cabendo-lhes obedecer, apenas, às ordens superiores.

Além disso, cada templo é mobilizado para realizar a campanha de um determinado candidato, a fim de alcançar um quantitativo de votos que o garanta no jogo político. Logo, a eficácia nas eleições está potencializada no incentivo e apoio dos representantes estaduais das igrejas embasadas em estudos e estratégias.

Isso não significa que todos os pastores candidatos são fruto de uma especulação da cúpula, mas que uma quantidade expressiva está alinhada, sim, com as ideias da alta administração eclesiástica.

Os pastores não apoiados pela igreja, acrescidos dos outros candidatos autodeclarados irmãos contam com sua motivação pessoal em participar da política e obtêm o seu sucesso nas urnas por alguma visibilidade conquistada, ou são comunicadores, ou cantores gospel, dentre outros. Isso justifica o segundo percentual de candidaturas dos que se denominam irmão/irmã (45,5%) e de eleitos (41,9%).

A denominação missionário/missionária surge como um terceiro no ranking percentual entre candidatos e eleitos, entre os evangélicos. Isso se justifica pela concepção teológica originariamente empreendida por essas igrejas. As igrejas presbiterianas e batistas, entre outras, são mais antigas e possuíam uma postura de não envolvimento, ao menos, como religioso na política, por entenderem tratar-se de uma arena imoral. E essas congregações recebem de forma reticente a mudança de cosmovisão, pós o ano de 1990, com a chegada da Teologia do Reino Presente e a renovação das igrejas evangélicas, que passaram a enxergar o mundo concreto ou real como uma antessala do reino dos céus e que necessita de cuidado e zelo, o que, os tornam agentes de reconstrução. Com isso, a decisão de participar ou não da arena política é algo individual e, não necessariamente parte de motivações religiosas.

Tabela 2 – Evangélicos segundo nome que aparece nas urnas. Eleição 2020

| Nome na Urna | Total Candidatos | | Total de Eleitos | |
|---|---|---|---|---|
| | Freq | % | Freq | % |
| Bispo/Bispa | 191 | 2,1 | 11 | 2,3 |
| Missionário/Missionária | 527 | 5,8 | 20 | 4,2 |
| Irmão/irmã | 4135 | 45,5 | 200 | 41,8 |
| Pastor/Pastora | 4236 | 46,6 | 247 | 51,7 |
| TOTAL | 9089 | 100,0 | 478 | 100,0 |

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral

### 3.2. Candidaturas Evangélicas segundo Gênero

Na tabela 2, percebemos uma maior proporção de candidatos evangélicos do gênero masculino (71%) em relação ao gênero feminino (29%), na disputa aos cargos de vereador no Brasil, nas eleições de 2020.

No cômputo dos candidatos eleitos, verifica-se um percentual de evangélicos do gênero masculino ainda maior (87,2%) em detrimento das mulheres evangélicas (12,8%) eleitas.

Esses dados nos revelam muito mais do que uma análise a partir do corte de gênero, mas principalmente, quem pode gozar do privilégio de ser cidadão. Pois, partindo do princípio de que a nossa democracia não é direta e, sim, representativa, logo, os cargos de representação são limitados, contudo, as possibilidades de se colocar como candidatos são amplas, bastando preencher requisitos obrigatórios. Por um pensamento lógico, as mulheres quem compõem maioria entre os eleitores, também, comporiam entre os candidatos. Entretanto, o que encontramos nas eleições brasileiras, um enfoque nas eleições municipais, são vieses conjunturais - familiar, econômico e sociais -, que corroboram para sub-representação da mulher nas decisões de poder.

O que foi dito anteriormente repercute diante do cenário de candidaturas evangélicas. É evidente a sub-representação das mulheres evangélicas. Com o acréscimo relevante da variável religiosa. Apenas 29% das mulheres se candidataram, nas eleições municipais de 2020.

As mulheres estão entre a maioria dos frequentadores das igrejas evangélicas e, ainda por cima, envolvidas em projetos sociais para as comunidades de iniciativa das congregações, contudo, excluídas do poder de decisão. A valorização da figura feminina está aliada a ideia de boa esposa e fiel aos preceitos de Deus, em outras palavras, ela pode fazer parte da esfera pública e privado, mas jamais fragilizar a instituição familiar, porque a igreja é a família. Cabendo as mulheres a prestação dos cuidados, tanto na esfera espiritual, quanto material e, incumbindo-lhes a responsabilidade pelo sucesso e o insucesso familiar.

A moral religiosa prevalecente no meio evangélico é de uma mulher ordeira e submissa ao marido. Na dinâmica política, elas são responsáveis pelo fortalecimento da

imagem do político-pastor, através da micropolítica social - ações sociais em bairros, evangelização de outros fiéis.

A mulher evangélica, salvo exceções, em sua maioria não encontra motivação em buscar protagonismo (candidatar-se) dentro ou fora de casa. Àquelas que destoam desse processo ficam reféns de uma maioria masculina predominante nos partidos políticos e à revelia dos detentores do capital, no financiamento de campanha. Predominando os homens no lançamento de candidaturas e, principalmente, no número de eleitos.

As mulheres no geral, bem como, entre as evangélicas, são expostas a dupla ou tripla jornada de trabalho o que as limitam a quase nada de envolvimento em participações democráticas, como reunião de bairro, de mulheres, sindicatos. Somado a isto, tem-se a importância dedicada às atividades da igreja a fim de manter a retidão e, com isso, aproximar-se de Deus.

Tabela 3 - Distribuição percentual do total de candidatos evangélicos para os cargos de vereador no Brasil por gênero. Eleições 2020

| Gênero | Candidatos | | Eleitos | |
|---|---|---|---|---|
| | Frequência | Percentual | Frequência | Percentual |
| Feminino | 2628 | 29,0 | 61 | 12,8 |
| Masculino | 6419 | 71,0 | 417 | 87,2 |
| TOTAL | 9047 | 100,0 | 478 | 9625 |

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral

### 3.3. Candidaturas Evangélicas segundo gênero e raça

Na distribuição percentual dos evangélicos, para os cargos de vereador no Brasil, nas eleições de 2020, organizados a partir de gênero e raça, na tabela 3, constata-se uma proporção decrescente de candidatos, com homens pardos (52,5%), seguido de mulheres pardas (50,9%), mulheres brancas (31,3%), homens brancos (28,1%), homens pretos (17,5%) e mulheres pretas (16,2%).

Na coluna dos evangélicos eleitos, em disposição percentual decrescente, temos: homens pardos (51,8%); mulheres pardas (50,8%); mulheres brancas (37,7%), homens brancos (31,9 %), homens pretos (15,1 %) e mulheres pretas (9,8 %).

Antes de analisar os dados presentes na tabela 3, é fundamental pontuar que essa definição em raça entre pardos e pretos, principalmente, ainda gera muita confusão nas pessoas, em virtude de algumas acepções. Uma delas, parte intrinsecamente e individualmente, da associação do preto como sinônimo de atraso, em virtude historicamente de um preconceito enraizado, entretanto, fenotipicamente não se verifica características brancas, logo, o reposicionamento tende para a opção que comunga o meio termo - autodeclaração parda, conforme IBGE. A outra acepção, está relacionado com o processo de povoamento brasileiro, que proporcionou uma população diversa em suas características de cor de pele, cultura, entre outros. Então, um brasileiro autodeclarado pardo em uma região, noutra pode não ser.

Uma explicação sobre a vanguarda da raça parda, tanto no lançamento de candidatos, quanto no número de eleitos, está relacionada em onde encontramos as igrejas evangélicas nas cidades. Nas grandes capitais, elas estão fortemente presentes nas periferias, costumam serem vistas e reconhecidas por coordenarem ações sociais. E, nas cidades menores, não são diferentes, embora, mais próxima do dia a dia das pessoas.

A população residente de bairros periféricos, majoritariamente, é composta por negros, caboclos. Pessoas pobres. E, encontram na igreja de bairro uma acolhida e, muitas vezes, a chave de superação dos seus problemas.

Diante disso, é natural essa grande aceitação e participação de pessoas pretas e pardas no convívio da igreja, mas também, em prol da igreja. Mesmo que isso signifique tornar-se candidato. E, aqui, cabe um destaque a incidência cada vez maior da profissionalização da figura do pastor. Para exemplificar, basta verificar a nível nacional no site da Câmara dos Deputados e buscar os deputados no recorte profissão e, então, constatará a profissão pastor. O que por similitude ocorre nos demais níveis, regional e local.

Acrescentando, o fator gênero. Constata-se uma maior participação de mulheres evangélicas autodeclaradas pardas no contexto político, mesmo estando atrás dos homens pardos, tanto no lançamento de candidaturas, quanto no número de eleitos, elas, ainda assim, conseguem equilibrar paritariamente a partir do gênero.

Um ponto relevante trata-se das mulheres pretas. Elas estão em pior situação percentual de participação na pesquisa. O que nos faz ratificar que a sub-representação política entre as evangélicas têm gênero e raça e, são das mulheres e pretas. Isso confirma o que Biroli (2018) levanta sobre o contexto brasileiro, no geral, no qual a desigualdade entre

as mulheres pretas é sentida com um maior pesar, pois encontram-se em situação de maior vulnerabilidade social, econômica e emocional.

Tabela 4 - Distribuição percentual dos evangélicos para os cargos de vereador no Brasil por gênero e raça. Eleição 2020

| Gênero/Raça | Candidatos | | | | Eleitos | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | Feminino | | Masculino | | Feminino | | Masculino | |
| | Freq | % | Freq | % | Freq | % | Freq | % |
| Branca | 823 | 31,3 | 1804 | 28,1 | 23 | 37,7 | 133 | 31,9 |
| Parda | 1338 | 50,9 | 3367 | 52,5 | 31 | 50,8 | 216 | 51,8 |
| Preta | 426 | 16,2 | 1125 | 17,5 | 6 | 9,8 | 63 | 15,1 |
| Outras | 41 | 1,6 | 123 | 1,9 | 1 | 1,7 | 5 | 1,2 |
| TOTAL | 2628 | 100,0 | 6419 | 100,0 | 61 | 100,0 | 417 | 100,0 |

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral
Nota: a categoria outras inclui os autodeclarados amarelos, indígenas e não identificados

### 3.4. Candidaturas Evangélicas segundo gênero e escolaridade

A tabela 4 abaixo organiza o perfil dos evangélicos em disputa ao cargo de vereador no Brasil, nas eleições de 2020, levando em consideração parâmetros, como gênero e escolaridade.

Na posição de candidatos, em ordem decrescente, em termos percentuais, temos: mulheres com ensino médio completo (41,9%); homens com ensino médio completo (40,6 %); homens com fundamental completo (17,7%); homens com fundamental incompleto (17, 2%); mulheres com fundamental incompleto (16,7%); mulheres com fundamental completo (13,8%), mulheres com superior completo (13,2 %); homens com superior completo (11, 4 %); homens com ensino médio incompleto (6,4 %); mulheres com médio incompleto (6,2 %); mulheres que lê e escreve (4,6 %); homens que lê e escreve (3,9 %); mulheres com superior incompleto (3,6 %) e homens com superior incompleto (2,8 %).

Entre os evangélicos eleitos, em ordem percentual decrescente, temos: mulheres com ensino médio completo (50,8%); homens com ensino médio completo (43,6%); mulheres com superior completo (34,4%); homens com superior completo (19,4%); homens com fundamental completo (11,8%); mulheres com fundamental completo (9,9%); homens com ensino médio incompleto (5,3%); mulheres com fundamental incompleto (3,3%);

homens com superior incompleto (3,1%); homens que lê e escreve (2,2%); mulheres com superior incompleto (1,6%).

Com base na tabela 4, extraímos que o diferencial das mulheres para diminuição do tempo dedicado ao cuidado e da naturalização da divisão social do trabalho é o fator renda. E, para garantir a terceirização dos serviços relacionado ao ambiente da casa e do cuidado das crianças, buscam a qualificação profissional como alternativa de ascender nos estratos de renda.

Traz à tona, também, uma condicionante para um ambiente naturalmente masculino, como o político. A mulher não basta demonstrar interesse e vontade de estar ali, é necessário que ela demonstre uma boa qualificação para não cai no desprestígio. É como ser mulher já a reservasse uma inadequação. O que justifica os percentuais entre os eleitos. As mulheres a frente dos homens gerando diferenças expressivas, por exemplo, entre os eleitos, com ensino médio completo são de 7,2%, e os com superior completo são de 15 %.

É importante destacar que esse atingimento por uma maior qualificação não é homogêneo entre as mulheres. As mulheres pretas comumente são empurradas para o trabalho informal e/ou precarizado, expostas a muitas horas de trabalho, o que as dificultam em buscar uma melhor qualificação profissional. Figurando nos percentuais com baixa escolaridade formal.

Tabela 5 – Distribuição percentual dos evangélicos para os cargos de vereador no Brasil por gênero e escolaridade. Eleição 2020

| Gênero/Escolaridade | Candidatos | | | | Eleitos | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | Feminino | | Masculino | | Feminino | | Masculino | |
| | Freq | % | Freq | % | Freq | % | Freq | % |
| Lê e escreve | 120 | 4,6 | 253 | 3,9 | 0 | 0,0 | 9 | 2,2 |
| Fundamental completo | 363 | 13,8 | 1138 | 17,7 | 6 | 9,9 | 61 | 14,6 |
| Fundamental incompleto | 440 | 16,7 | 1102 | 17,2 | 2 | 3,3 | 49 | 11,8 |
| Médio Completo | 1101 | 41,9 | 2607 | 40,6 | 31 | 50,8 | 182 | 43,6 |
| Médio Incompleto | 163 | 6,2 | 411 | 6,4 | 0 | 0,0 | 22 | 5,3 |
| Superior completo | 347 | 13,2 | 729 | 11,4 | 21 | 34,4 | 81 | 19,4 |
| Superior incompleto | 94 | 3,6 | 179 | 2,8 | 1 | 1,6 | 13 | 3,1 |
| TOTAL | 2628 | 100,0 | 6419 | 100,0 | 61 | 100,0 | 417 | 100,0 |

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral

### 3.5. Candidaturas Evangélicas segundo gênero e faixa etária

Na tabela 5, temos a distribuição entre os evangélicos para os cargos de vereador, nas eleições de 2020, usando como recorte as variáveis de gênero e faixa etária.

No lançamento de candidaturas, observamos em termos percentuais, em ordem decrescente: 37,4 % de mulheres entre 40 a 49 anos; 36,7 % de homens entre 40 a 49 anos; 31,8 % de mulheres entre 50 a 59 anos; 28,7% de homens entre 50 a 59 anos; 19,9% de homens entre 30 a 39 anos; 17, 6 % de mulheres entre 30 a 39 anos; 11,9 % de homens de 60 anos ou mais; 10,8% de mulheres de 60 anos ou mais; 2,8 % de homens entre 18 a 29 anos; e, 2,4% de mulheres entre 18 a 29 anos.

Entre os eleitos, temos: 42,6% de mulheres entre 40 a 49 anos; 40,8% de homens entre 40 a 49 anos; 34,5% de mulheres entre 50 a 59 anos; 29% de homens entre 50 a 59 anos; 23,5% de homens entre 30 a 39 anos; 13,1 % de mulheres com 60 anos ou mais; 9,8% de mulheres entre 30 a 39 anos; 5,3% de homens com 60 anos ou mais; e, 1,4% de homens entre 18 a 29 anos.

Podemos inferir que as mulheres acima de 40 anos têm uma maior participação na disputa eleitoral e com uma maior assertividade no pleito. Considerando que a média de anos para uma obtenção de uma qualificação profissional gira em torno de 30 a 35 anos, podemos dimensionar que é nessa faixa de 40 anos há uma propensão de atingimento de uma boa educação formal, o que justifica uma melhor imagem aos eleitores, de confiança na atribuição do voto a mulher, com os melhores currículos.

Por outro lado, a prevalência de mulheres na faixa entre 40 e 59 anos reforça a imagem construída de responsável, madura, e com condições de cuidar, seja da família, ou dos eleitores.

A ausência ou a insuficiência de uma atenção dedicada ao idoso, de baixa renda, traduzida em políticas públicas corrobora com esse cenário de baixa participação das mulheres acima de 60 anos no lançamento de candidaturas (10,8%) e do número de eleitas (13,1%).

Tabela 6 - Distribuição percentual dos evangélicos para os cargos de vereador no Brasil por gênero e Faixa Etária. Eleição 2020

| Gênero/Faixa etária | Candidatos | | | | Eleitos | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | Feminino | | Masculino | | Feminino | | Masculino | |
| | Freq | % | Freq | % | Freq | % | Freq | % |
| 18 a 29 anos | 62 | 2,4 | 177 | 2,8 | 0 | 0,0 | 6 | 1,4 |
| 30 a 39 anos | 463 | 17,6 | 1276 | 19,9 | 6 | 9,8 | 98 | 23,5 |
| 40 a 49 anos | 983 | 37,4 | 2359 | 36,7 | 26 | 42,6 | 170 | 40,8 |
| 50 a 59 anos | 836 | 31,8 | 1845 | 28,7 | 21 | 34,5 | 121 | 29,0 |
| 60 anos ou mais | 284 | 10,8 | 762 | 11,9 | 8 | 13,1 | 22 | 5,3 |
| TOTAL | 2628 | 100,0 | 6419 | 100,0 | 61 | 100,0 | 417 | 100,0 |

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral

### 3.6. Candidaturas Evangélicas segundo gênero e estado civil

Na tabela 6, dispusemos a distribuição percentual dos evangélicos para os cargos de vereador no Brasil por gênero e estado civil, nas eleições de 2020.

No lançamento de candidaturas entre os evangélicos, em ordem decrescente em termos percentuais, temos: 85,9% de homens casados; 72,2% de mulheres casadas; 16,6% de mulheres solteiras; 9,9 % de homens solteiros; 7,6% de mulheres divorciadas; 3,6% de homens divorciados e mulheres viúvas; e, 0,6% homens viúvos.

Entre os eleitos evangélicos, em ordem decrescente em termos percentuais, temos: 91,9% de homens casados; 80,3% de mulheres casadas; 8,2 % de mulheres solteiras e de mulheres divorciadas; 6,2% de homens solteiros; 3,3% de mulheres viúvas; e, 1,9% homens divorciados.

O que nutre a cosmovisão entre os evangélicos pentecostais e neopentecostais é a família, advindo da instituição casamento. Bem como, o *modus operandi* condescendente entre evangélicos e o capital. Do exercício do controle, da submissão e da exclusão. Conforme, pontua (Edlaine, 2009) que a fidelidade ao matrimônio por parte da mulher sobrepõe a institucional. Então, casar-se é ser bem quisto pela comunidade. Isso justifica a valorização dos status casado entre os candidatos homens (85,9%) e mulheres (72,2%).

Na disposição entre os eleitos, dentre os evangélicos, constatamos a preponderância do sexo masculino em relação ao feminino. Isso nos remete a imagética construída em torno

da figura da mulher entre os evangélicos. (Ramos, 2014) traz a reflexão, que "a visão desqualificada da mulher para a política é corroborada pelas limitações decorrentes de sua experiência social desfavorecida". Logo, a presença delas na política modificaria a política tradicional ou as mudariam, negativamente. Comprometendo a organização familiar. Determinando, assim, a opção pelo voto aos homens evangélicos (91,9%), mesmo admitindo que a variável gênero na atribuição do voto como inválida e a preponderância da variável religião.

Tabela 7 - Distribuição percentual dos evangélicos para os cargos de vereador no Brasil por gênero e Estado Civil. Eleição 2020

| Gênero/Estado Civil | Candidatos | | | | Eleitos | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | Feminino | | Masculino | | Feminino | | Masculino | |
| | Freq | % | Freq | % | Freq | % | Freq | % |
| Solteiro(a) | 435 | 16,6 | 636 | 9,9 | 5 | 8,2 | 26 | 6,2 |
| Casado(a\|) | 1898 | 72,2 | 5515 | 85,9 | 49 | 80,3 | 383 | 91,9 |
| Separado(a)/Divorciado(a) | 199 | 7,6 | 231 | 3,6 | 5 | 8,2 | 8 | 1,9 |
| Viúvo(a) | 96 | 3,6 | 37 | 0,6 | 2 | 3,3 | 0 | 0,0 |
| TOTAL | 2628 | 100,0 | 6419 | 100,0 | 61 | 100,0 | 417 | 100,0 |

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral

### 3.7. Candidaturas Evangélicas segundo gênero e ideologia partidária[4]

Na tabela abaixo, temos a distribuição percentual dos evangélicos para os cargos de vereador no Brasil nas eleições de 2020, considerando as variáveis gênero e ideologia partidária.

Entre os que se lançaram candidatos, em ordem decrescente em termos percentuais, temos: 67,5% de mulheres de direita; 65,8% de homens de direita; 18,3% de homens de esquerda; 17,3 % de mulheres de esquerda; 15,9% de homens de centro; e, 15,2% de mulheres de centro.

[4] Para efeito desta pesquisa, a classificação ideológica dos partidos foi inspirada em Tarouco e Madeira (2013)[4]: ESQUERDA: PT; Partido Socialista dos Trabalhadores Unificados (PSTU); PSOL; Partido Socialista Brasileiro (PSB); Partido Republicano da Ordem Social (PROS); PMN; PDT; Partido da Causa Operária (PCO); Partido Comunista Brasileiro (PCB/PPS); PC do B (PPL); REDE. CENTRO: PMDB; PSDB; PV; CIDADANIA (PPS). DIREITA: Solidariedade (SD); Patriota; PODEMOS (PTN); Partido Trabalhista Cristão (PTC); PTB; AVANTE (PT do B); PSL; PSDC/DC; Partido Social Democrático (PSD); PSC; Partido Renovador Trabalhista Brasileiro (PRTB); PRP; PRB; PR; PP; PHS; PL, Partido Ecológico Nacional (PEN); DEM. NOVO; PMB.

Já entre os que se consagraram eleitos, temos: 67,2% mulheres de direita; 66,4% homens de direita; 18,7% de homens de centro; 18% de mulheres de esquerda; 14,9% de homens de esquerda; e, 14,8% de mulheres de centro.

Diante dos dados, percebemos uma maioria de mulheres, tanto no lançamento de candidaturas (67,5%), quanto dos que se consagraram eleitos (67,2%) pertencem ao espectro de direta.

A explicação sobre o quadro é trazida por Araújo (2000) diz que, no Brasil, ideologia, invariavelmente, se submete a regras eleitorais. O que significa uma maior atração de mulheres evangélicas para um espectro conservador, pode resultar bem mais em uma estratégia de retórica, como resposta a pressões internacionais e nacionais de inclusão de mulheres nas frentes de poder, mas sem o compromisso efetivo de políticas para garantir essa inserção feminina.

Outro ponto de identificação das mulheres evangélicas com os partidos de direita se baseia na posição em que esses grupos partidários se colocam no jogo político, como defensores da família, de valores bíblicos, conquistando não só o voto das eleitoras, mas também, representantes femininas, geralmente, com alguma visibilidade já consolidada no meio artístico e de comunicação ou associada a alguma figura masculina já consagrada no meio político ou religioso. Em relação a este último ponto mencionado podemos dizer que é quem assegura uma maior facilidade aos investimentos de campanha, principalmente, se for campanha de reeleição e trata-se de um sistema de eleições proporcionais, como no caso em questão, da eleição de vereadores.

Nas eleições proporcionais, os partidos estão visando atender o máximo das solicitações daquele distrito eleitoral. Então, é esperado que ele diversifique os seus candidatos para buscar uma similaridade com as demandas daquela sociedade. Logo, há de convir que trazer o grupo de mulheres fortalece sobremaneira o lado direitista. Garante uma maior presença nas cadeiras do legislativo. E, além disso, o cargo de vereador possui uma maior aproximação com eleitorado, o que beneficia as mulheres de uma maior visibilidade ao desempenhar a micropolítica social nas comunidades, envolvidas com ações da igreja. Tendo assim, uma maior assertividade no pleito, conforme os dados apresentados.

Tabela 8 - Distribuição percentual dos evangélicos para os cargos de vereador no Brasil por gênero e ideologia partidária. Eleição 2020

| Gênero/Estado civil | Candidatos | | | | Eleitos | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | Feminino | | Masculino | | Feminino | | Masculino | |
| | Freq | % | Freq | % | Freq | % | Freq | % |
| Esquerda | 454 | 17,3 | 1176 | 18,3 | 11 | 18,0 | 62 | 14,9 |
| Centro | 399 | 15,2 | 1021 | 15,9 | 9 | 14,8 | 78 | 18,7 |
| Direita | 1775 | 67,5 | 4222 | 65,8 | 41 | 67,2 | 277 | 66,4 |
| TOTAL | 2628 | 100,0 | 6419 | 100,0 | 61 | 100,0 | 417 | 100,0 |

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral

### 3.8. Candidaturas Evangélicas segundo gênero e Partidos Políticos

Na tabela 8, temos a distribuição dos evangélicos para os cargos de vereador no Brasil, nas eleições de 2020, levando em consideração a variável gênero e partidos políticos.

O que se observa é que a multiplicidade dos partidos "nanicos", em grande parte, com viés conservador, utiliza as eleições proporcionais como a oportunidade de lançar o maior número de candidatos, no intuito de aumentar suas chances de conseguir que sejam eleitos, pois isso iria garantir a sobrevivência do partido, com a garantia de participação no fundo partidário, tempo de comunicação, entre outros. Logo, no quadro abaixo, temos muitas candidaturas lançadas por diversos partidos, destacando o número expressivo de candidaturas masculinas.

Eu vou dar destaque ao partido Republicanos, conhecido por sua relação com a Igreja Universal do Reino de Deus. Nas eleições de 2020, lançou 212 candidaturas femininas e elegeu, apenas, 7. Enquanto, lançou 493 homens candidatos e elegeu 45. O que reforça que as mulheres, embora insistam em participar como candidatas, elas não encontram "condições efetivas de competir" (Araújo,2000). Ou por insuficiência de recursos de campanha, ou por não contar com o apoio do próprio partido.

Vale frisar, que a institucionalização partidária é pouco desenvolvida, ou mesmo, inexistente nesses partidos novos e de pouca expressão, o que os submete a mandatários locais e acabam reproduzindo a permanência masculina nas lideranças partidárias e o apoio dedicado em suas candidaturas.

Tabela 9 - Distribuição dos evangélicos para os cargos de vereador no Brasil por gênero e Partidos Políticos. Eleição 2020

| PARTIDO | FEMININO | | MASCULINO | |
|---|---|---|---|---|
| | Candidato | Eleitos | Candidato | Eleitos |
| AVANTE | 103 | 4 | 242 | 8 |
| CIDADANIA (PPS) | 81 | 1 | 188 | 6 |
| DC | 22 | 0 | 83 | 1 |
| DEM | 121 | 4 | 343 | 27 |
| MDB | 150 | 6 | 396 | 34 |
| PATRIOTA | 100 | 2 | 217 | 9 |
| PC do B | 30 | 1 | 102 | 5 |
| PDT | 111 | 2 | 287 | 17 |
| PL | 140 | 2 | 326 | 22 |
| PMB | 26 | 0 | 57 | 1 |
| PMN | 33 | 1 | 91 | 3 |
| PODEMOS | 117 | 0 | 234 | 13 |
| PP | 144 | 4 | 357 | 44 |
| PROS | 65 | 2 | 169 | 8 |
| PRTB | 41 | 0 | 131 | 4 |
| PSB | 114 | 3 | 268 | 19 |
| PSC | 192 | 5 | 418 | 20 |
| PSD | 160 | 6 | 425 | 43 |
| PSDB | 123 | 2 | 314 | 33 |
| PSL | 110 | 0 | 295 | 12 |
| PSOL | 14 | 1 | 27 | 0 |
| PT | 69 | 1 | 174 | 9 |
| PTB | 117 | 2 | 290 | 18 |
| PTC | 68 | 0 | 132 | 3 |
| PV | 45 | 0 | 123 | 5 |
| REDE | 18 | 0 | 58 | 1 |
| REPUBLICANOS | 212 | 7 | 493 | 45 |
| SOLIDARIEDADE | 102 | 5 | 179 | 7 |
| TOTAL | 2628 | 61 | 6419 | 417 |

**Considerações finais**

Diante do universo dos candidatos evangélicos nas eleições municipais de 2020, bem como entre os eleitos, verifica-se a posição de sub representatividade das mulheres evangélicas. Principalmente, quando se trata entre os eleitos evangélicos, o qual constata-se um percentual ainda menor, de 12 ,7%. O que nos faz inferir que há vontade de mudança, mas a transformação muitas vezes depende de um aval circunstanciado de um movimento que detenha capital político, financeiro, motivacional, religioso. E, quando esse consentimento é positivo, costuma se prolongar ditando os discursos ou o silêncio das vereadoras nas casas legislativas. Em caso, negativo, as candidaturas dificilmente se sustentam. Por insuficiência de recursos investidos em campanha, que lhe garantam visibilidade aos eleitores, seja pelo descrédito aos irmãos-eleitores, que estão comprometidos com outro candidato que o pastor sugeriu como sendo a melhor opção.

O perfil das mulheres evangélicas que vem a obter mais êxito são ou pastoras ou irmãs, pardas, superior completo, 40 a 49 anos, casadas, de direitas, partidos pequenos

O perfil das mulheres evangélicas encontradas nessa pesquisa, que obtiveram sucesso no pleito municipal, se intitulavam pastoras, o que já demonstra uma diminuta abertura a postos de liderança na igreja, embora ainda seja uma posição majoritariamente masculina. Se auto declaravam pardas e, aqui, cabe uma reflexão a respeito se a definição da raça é enviesada por critérios de atraso ou retrocesso.

A maioria das mulheres evangélicas têm superior completo. A educação formal propicia uma maior consciência crítica e por isso as motiva a buscar mais direitos, bem como a uma melhor renda, que o permitirá uma maior liberdade, diminuindo a sua dedicação ao cuidado. Além de melhorar a imagem perante aos eleitores, de preparada e com competências paritárias aos homens.

A maioria possui 40 a 49 anos. São casadas. O que confirma a importância dada entre os evangélicos em torno da instituição casamento. Pertencem ao espectro ideológico de direita. Ligado a valores conservadores, pró família. E, geralmente, pertencem a partidos considerados nanicos, por ter uma influência mais acentuada de lideranças locais ao invés de se submeter a coordenações nacionais, principalmente, em eleições municipais.

Para finalizar, esse trabalho de pesquisa não se exaure aqui. Trata-se de um processo contínuo de atualização e remodelagem, conforme as dinâmicas sociais.

**Referências Bibliográficas**


ALVES, Syntia. Comportamento Político, Eleitoral e Lideranças. **9º Congresso Latinoamericano de Ciência Política, organizado pela Associação Latino-americana de Ciência Política (ALACIP)**, [*S. l.*], p. 1-20, 26 jul. 2017.

ARAÚJO, Clara. A intersecção entre gênero e partidos políticos no acesso das mulheres às instâncias de representação. UERJ, [S. l.], p. 1-28, 22 nov. 2000.

ASSIS, Izadora Lincoln. REPRESENTAÇÃO FEMININA E FINANCIAMENTO DE CAMPANHAS: HISTÓRICO RECENTE E NOVAS PERSPECTIVAS À LUZ DA REFORMA ELEITORAL DE 2015. **Revice - Revista de Ciências do Estado**, [*S. l.*], p. 14-38, 16 ago. 2017.

BARBALHO, Alexandre; BARBOZA, Giuliano. Bancada Evangélica: Uma elite parlamentar? Revista do Instituto de Políticas Públicas de Marília, [S. l.], v. 6, n. 1, p. 131-146, 17 jun. 2020.

BIROLI, Flávia. Gênero e Desigualdade: os limites da democracia no Brasil. [S. l.: s. n.], 2018.

CAMARANO, Ana Amelia. Mulher idosa: suporte familiar ou agente de mudança?. ESTUDOS A VANÇADOS 17 (49), [S. l.], p. 35-63, 25 set. 2003.

CERQUEIRA, Claudia. Igreja como partido. A relação entre a Igreja Universal do Reino de Deus e o Republicanos, [S. l.], p. 1-20, 11 jan. 2021.

COUTINHO, Marcia de Souza. A atuação das mulheres evangélicas na igreja assembleia de Deus. 2020. Trabalho de conclusão de curso em formato de artigo (Graduação em teologia) - Faculdade Unida de Vitoria - ES, [S. l.], 2020.

DA SILVA, Bruno Alcântara Conde. A ascensão evangélica na política brasileira: a presença dos negros no movimento evangélico. 45º Encontro Anual da Anpocs, [S. l.], p. 1-21, 30 set. 2021.

EDLAINE, Campos Gomes. "Fé racional" e "Abundância": família e aborto a partir da ótica da Igreja Universal do Reino de Deus. **Sexualidad, Salud y Sociedad - Revista Latinoamericana**, [*S. l.*], p. 97-120, 29 abr. 2009.

FONSECA, Alexandre Brasil. PLURALISMO RELIGIOSO E RELAÇÃO RELIGIÃO-ESTADO: Uma análise da presença evangélica no legislativo federal. **XXVIII Encontro Anual da ANPOCS**, [*S. l.*], p. 1-20, 10 ago. 2004.

GOMES DOS SANTOS, Maxwell; DE ANDRADE GABRICH, Frederico. LUGAR DE FALA E A DISCUSSÃO SOBRE COTA DE GÊNERO NAS ELEIÇÕES: UMA PERSPECTIVA DE COMPREENSÃO TRANSDISCIPLINAR A PARTIR DA MÚSICA “O QUE SE CALA”. Revista de Direito, Arte e Literatura, Encontro virtual, v. 7, n. 2, p. 1-21, 22 dez. 2021.

GUADALUPE, José Luis Pérez; CARRANZA, Brenda. Novo ativismo político no Brasil: os evangélicos do século XXI. [S. l.: s. n.], 2020.

LACERDA, Fabio. COMO O CRESCIMENTO EVANGÉLICO SE TRANSFORMA EM REPRESENTAÇÃO POLÍTICA? Comparando Brasil, Colômbia e Chile. **NOVOS ESTUDOS. CEBRAP**, São Paulo, p. 295-313, 15 fev. 2022.

LOPES, Guilherme Esteves Galvão. A bancada evangélica e a eleição de Jair Bolsonaro (2018). 2º Encontro Internacional - História e Parcerias, [S. l.], p. 1-17, 25 out. 2019.

MAINWARING, S.; TORCAL, M.. Teoria e institucionalização dos sistemas partidários após a terceira onda de democratização. Opinião Pública, v. 11, n. 2, p. 249–286, out. 2005.

MANSO, Bruno. **Fé e Fuzil**. [*S. l.*: *s. n.*], 2023. ISBN 978-6556925202. epub (342p.).

MARIANO, Ricardo; GERARDI, Dirceu. Eleições presidenciais na América Latina em 2018 e ativismo político de evangélicos conservadores. Revista USP, São Paulo, ano 2019, n. 120, 20 mar. 2019. Religião e Modernidade, p. 61-76.

OLIVEIRA, Izabel Cristina Veloso. A teoria da escolha racional e o comportamento eleitoral neopentecostal. **Pensamento Plural**, [*S. l.*], p. 101-117, 25 out. 2012.

ONU. Declaração e Plataforma de Ação da IV Conferência Mundial Sobre a Mulher, 1995. Disponível em: https://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2013/03/declaracao_beijing.pdf Acesso em: 13 Agosto.2024.

ORO, Ari Pedro. NO BRASIL AS TENDÊNCIAS RELIGIOSAS CONTINUAM: DECLÍNIO CATÓLICO E CRESCIMENTO EVANGÉLICO. **DEBATES DO NER**, [*S. l.*], p. 69-92, 26 mar. 2020.Citação no texto:

PATEMAN, Carole. O Contrato Sexual. [S. l.: s. n.], 1993.

QUADROS, Marcos; MADEIRA, Rafael. Fim da direita envergonhada? Atuação da bancada evangélica e bancada da bala e os caminhos da representação do conservadorismo no Brasil. Opinião Pública, [S. l.], p. 486-522, 7 nov. 2018.

RAMOS, Daniele Peixoto. A Família e a maternidade como referências para pensar a política. **Revista Brasileira de Ciência Política, nº16**, [*S. l.*], p. 87-120, 3 dez. 2014.

ROSA, João; DEMORI, Marina. MPE pede investigação de violência política de gênero contra Sâmia Bomfim na CPI do MST. Deputada se pronunciava na sessão do dia 23 de maio quando o presidente do colegiado, tenente-coronel Zucco, desligou o microfone da parlamentar, [S. l.], p. 1, 31 Maio 2023.

SILVA, Quitéria. FRIDA VINGREN: O feminismo da Difusão do Protestantismo Pentecostal em Belém do Pará e Rio de Janeiro - 1917 a 1932. 2022. Trabalho de conclusão de curso (Graduação em Licenciatura Plena em História) - Universidade Federal de Alagoas, [S. l.], 2022.

SOUZA, Sandra Duarte. Mulheres Evangélicas na Política: tensionamento entre o público e o privado. **Relações de Gênero e Religião**, [*S. l.*], p. 1261-1295, 22 set. 2015.

TEIXEIRA, Jaqueline Morais; REIS, Lívia. MULHERES EVANGÉLICAS PARA ALÉM DO VOTO: NOTAS SOBRE PROCESSOS DE ENGAJAMENTO, POLÍTICA E COTIDIANO. DEBATES DO NER, [S. l.], p. 11-64, 29 jan. 2022

**SITES CONSULTADOS**

1. https://www.dieese.org.br/boletimespecial/2023/mulheres2023.pdf

2. https://www.camara.leg.br/noticias/864409-congresso-promulga-cota-de-30-do-fundo-eleitoral-para-candidaturas-femininas/

3. https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/politicas-para-mulheres/arquivo/arquivos-diversos/sev/pacto/documentos/politica-nacional-enfrentamento-a-violencia-versao-final.pdf

4. https://www.camara.leg.br/internet/deputado/frenteDetalhe.asp?id=54477

5. https://sidra.ibge.gov.br/home/pnadct/brasil

6. Disponível em < https://www.bibliaon.com/versiculo/1_corintios_14_34-35/> acessado em: 18/08/2024.